



Música
Luísa Sobral vai
tocar tambor e
recitar poesia
nos concertos
do novo álbum
PÁGS. 28-29

Henrique Calisto
Defende Jorge
Jesus no caso
Ronaldo: "Ler
o comunicado
seria humilhante
para o treinador"
PÁGS. 26-27



Maratona de Canoagem
Rui Lacerda e Ricardo
Coelho revalidam título
e Portugal fecha
Campeonato do Mundo
com nove medalhas
PÁG. 25

Rendas acessíveis e viver com idosos. Câmaras têm programas para apoiar alunos

ENSINO SUPERIOR De norte a sul do país, municípios tentam atrair jovens universitários com rendas a preços acessíveis, mas um quarto individual num alojamento estudantil privado pode chegar aos 1500 euros, em Lisboa, e aos 980, no Porto. **PÁG. 14**



INTERVENÇÃO POLICIAL NAS ACAMPADAS
Montenegro confrontado
com pedidos de explicação,
Neves defende PSP e Seguro
é pressionado a pronunciar-se

PÁGS. 6-8

EPA / JOSE SENA GOULAO

Futuro

Da segurança
à economia,
cinco desafios
do próximo
presidente
do Brasil

PÁG. 19

Eleições

Israel: o general
enlutado vs.
o dinossauro
político

PÁG. 21

Habitação

Preços sobem
18,4% no
segundo
trimestre

PÁG. 16



Reportagem Para "ver a ilha" da Madeira
é preciso estudá-la: dos voos das freiras
à vida na profundidade do oceano

PÁGS. 10-13



GLEX
IGNITION

O MUNDO DA EXPLORAÇÃO ESPACIAL
ENCONTRA-SE EM COIMBRA
Exploradores . Cientistas . Pioneiros . Investidores

29-30
OUTUBRO
Bilhetes em
glexsummit.com



Editorial

Cecília Carmo

Subdiretora do Diário de Notícias

O Brasil votou, mas a divisão não cabe na urna

Agora em que escrevo este editorial, ainda não são conhecidos os resultados da segunda volta das eleições presidenciais brasileiras. Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro disputam a Presidência num país que chega às urnas profundamente dividido. A contagem dirá quem recebeu mais votos e terá legitimidade para governar. Não dirá, por si só, como se recompõe a confiança entre brasileiros que olham para o futuro do país através de projetos políticos opostos.

A primeira volta deixou clara a proximidade da disputa. Flávio Bolsonaro obteve 47,03% dos votos válidos e Lula 45,16%, uma diferença de pouco mais de dois milhões de votos num universo eleitoral de quase 160 milhões de pessoas. Mais de 33 milhões de eleitores não votaram. A abstenção tem várias explicações e não pode ser interpretada como uma declaração coletiva de desinteresse. Ainda assim, é um dado que merece atenção: numa eleição tão disputada, uma parte muito expressiva do eleitorado ficou fora da decisão.

A campanha foi dominada pela escolha entre dois candidatos e duas visões de país. Para os apoiantes de Lula, o presidente representa a continuidade das políticas sociais, o combate à desigualdade e a defesa de um Estado com intervenção ativa. Para os seus críticos, o Partido dos Trabalhadores continua associado a desgaste político, a controvérsias e a uma resposta insuficiente às preocupações do quotidiano.

Flávio Bolsonaro, por seu lado, mobiliza eleitores que querem uma mudança à direita, maior exigência na segurança e uma rutura com os governos do PT. A sua candidatura também despertou receios sobre o rumo político que o país poderá seguir.

Estas diferenças são legítimas e devem ser discutidas. O problema começa quando a divergência deixa de ser confronto entre ideias e se transforma numa



ANTONIO LACERDA / EPA

rejeição absoluta do adversário. Quando cada campo passa a considerar que só a sua vitória é aceitável, o debate democrático perde espaço e a política torna-se uma disputa permanente entre inimigos. Uma eleição escolhe um presidente; não converte metade do eleitorado em derrotados sem voz.

A divisão brasileira também tem uma expressão regional. Na primeira volta, Flávio venceu em três das cinco grandes regiões do país. Lula teve vantagem expressiva no Nordeste e venceu também no Norte. O mapa não explica tudo, mas mostra que as prioridades e as experiências dos eleitores não são iguais em todo o território. As questões sociais, económicas e de segurança pesam de modo diferente conforme a região, a condição de vida e a relação de cada pessoa com o

Estado. Reduzir esta diferença a uma caricatura – de um lado os pobres, do outro os ricos; de um lado os democratas, do outro os autoritários – pode ser politicamente cómodo, mas não ajuda a compreender o país.

Há problemas concretos por trás das escolhas. O custo de vida, o endividamento das famílias, a insegurança e a desigualdade estiveram entre as preocupações dos eleitores. Também estiveram em causa a proteção social, o ambiente e o lugar do Brasil nas relações internacionais. O próximo Governo terá de responder a estas questões sem imaginar que a vitória eleitoral apaga as dificuldades de quem votou no outro candidato. A confiança não se recupera apenas com discursos de unidade: exige decisões que cheguem à vida das pessoas e que pos-

sam ser avaliadas pelos seus resultados.

É neste ponto que começa a responsabilidade de quem vencer. O novo presidente terá um mandato legítimo, mas não um cheque em branco. Terá de governar para todo o país, respeitar as instituições e reconhecer que a oposição representa milhões de cidadãos. Uma maioria eleitoral dá o direito de governar dentro das regras democráticas; não dá o direito de tratar os adversários como ilegítimos ou de ignorar as preocupações de quem não escolheu o vencedor.

À oposição caberá também uma responsabilidade decisiva. Contestação, fiscalização e crítica são indispensáveis numa democracia. A aceitação do resultado e o respeito pelas regras eleitorais também. A derrota não pode servir de pretexto para pôr em causa a vontade expressa nas urnas sem provas, tal como a vitória não pode ser usada para enfraquecer as instituições que garantem a alternância política. A democracia depende da liberdade de escolher, mas também da capacidade de aceitar que milhões de pessoas escolheram de forma diferente.

A contagem dos votos poderá fechar a disputa presidencial, mas não resolverá a fratura que a campanha tornou tão visível. O Brasil continuará a precisar de um debate político que não se limite a mobilizar medos, de respostas para as preocupações económicas e de instituições respeitadas por quem ganha e por quem perde.

A pergunta que fica não é apenas quem ocupará o Palácio do Planalto. É se o próximo presidente conseguirá governar sem aprofundar a divisão e se a oposição conseguirá exercer o seu papel sem pôr em causa as regras que tornam possível a disputa. A urna decide quem governa. A capacidade de voltar a falar com quem pensa de maneira diferente é que mostrará se o país consegue sair da campanha mais unido do que entrou.



Global Media
GROUP

26.10.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Rui Frias **Editor executivo adjunto** Ricardo Simões Ferreira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Alexandra Tavares-Teles, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Nuno Braga e Sofia Fonseca **Redatores** Adelaide Cabral, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bártolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) Margarida Vaqueiro Lopes (Diretora Executiva) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Comunicação e Marketing** Sabina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Frederico Bártolo, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **Diretor Geral Editorial** Filipe Alves **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Sede e Redação** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa. **Tel.:** 213187679. **Fax:** 213 187 515; **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2025: 6 084 exps.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos apct

Diário de Notícias

NOVO
SUPLEMENTO
DN SPORT

às sextas com o seu DN



O Diário de Notícias reforçou a sua oferta na área do Desporto, com um novo suplemento multimédia dedicado às principais modalidades em Portugal e no mundo. O DN SPORT oferece uma abordagem diferenciada, com histórias de interesse humano, entrevistas com os protagonistas do mundo desportivo.

O DN SPORT inclui um caderno semanal, publicado na edição de fim-de-semana do DN, bem como uma secção especial no site www.dn.pt, com conteúdos em texto, vídeo e áudio, atualizada em permanência. Inclui, ainda, uma newsletter semanal.



Luís Osório

A cabeça do ministro já está na bandeja?

A carga policial contra uma multidão de manifestantes foi uma prova de fragilidade do Governo e marca o princípio de uma crise com consequências imprevisíveis. Ver as imagens dos polícias, de viseira e bastão, a bater em miúdos provoca uma sensação de repugnância. Não menorizo os avisos que não foram respeitados, as provocações ou a instrumentalização política por parte dos partidos à esquerda do PS, mas a resposta do Estado foi desproporcional e chocante. A democracia não pode travar manifestações não-violentas com violência – quando tal acontece é por já estar em agonia ou por já não ser uma democracia. Existiam mil formas de tratar o assunto, algumas até musculadas, e todas eram melhores do que a ordem do ministro da Administração Interna com o beneplácito do primeiro-ministro. Mostrou cobardia quando desejava mostrar força – a cobardia de mostrar os dentes a jovens que reivindicavam sem violência por uma causa justa e a mediocridade de avançar com as agressões de madrugada, pela calada da noite, quando o país estava a dormir. O que acontecerá a seguir é difícil de prever, mas a situação piorará antes de melhorar. As manifestações ganharão força e terão agora o dobro dos contestatários. E o Presidente da República pedirá discretamente a cabeça de Luís Neves e clamará pela urgência de um plano de ataque ao problema da habitação. Se tal não acontecer o PS não poderá aprovar o Orçamento de Estado, julgo que José Luís Carneiro estará ciente disso.



OLHAR

Em Roterão decorreram até este domingo os Campeonatos do Mundo de Ginástica Artística e nos vários aparelhos foram proporcionadas imagens espetaculares como a que publicamos de um dos momentos da atuação da atleta Kaylia Nemour. A argelina conquistou a medalha de ouro na trave, ficando em segundo lugar a chinesa Zhang Qingying e em terceiro a brasileira Flavia Saraiva.

FOTO EPA / IRIS VAN DEN BROEK



Tabuleiro global Jorge Silva Carvalho

A profecia conveniente

A Rússia será a terceira potência mundial, a Europa vai desintegrar-se.” O título com que o *L'Express* apresentou esta semana a entrevista a Peter Turchin, a propósito de *Le Déclin des Empires*, acabado de chegar às livrarias francesas, deu brado e correu as redes. O diagnóstico tem força. A conclusão convém a Moscovo.

Turchin não é um charlatão, e é por isso que merece ser lido com atenção. Filho do dissidente soviético Valentin Turchin, ecólogo convertido à História, fundou a cliodinâmica, a pretensão de medir com curvas e índices como nascem, crescem e caem os impérios. Ganhou certa aura de profeta ao anunciar na *Nature*, em 2010, uma década de instabilidade nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Agora arruma o século: a China ascende, os Estados Unidos desagregam-se, mas aguentam o topo, a Rússia, se vencer a guerra, será a terceira potência mundial, e a União Europeia, já em desintegração, difi-

cilmente sobreviverá se os nacionalistas chegarem ao poder em França e na Alemanha.

O retrato é sério. Turchin combina a sobreprodução de elites, mais aspirantes ao poder do que lugares para lhes dar, o empobrecimento das maiorias e o enfraquecimento fiscal e de legitimidade do Estado. Junta-lhe a *asabiya* de Ibn Khaldun, a coesão que permite a um povo agir em conjunto, e conclui que ela se dissolve na Europa. A Europa está fracturada, e seria tolice negá-lo só porque Moscovo o celebra.

Turchin põe condições: a Rússia sobe se vencer, a União cai se os nacionalistas tomarem Paris e Berlim. Mas a primeira dá-a ele próprio por adquirida, ao garantir que a Rússia está a ganhar a guerra de desgaste. E ambas dependem de decisões europeias, não de uma curva. Karl Popper chamou miséria do historicismo à ilusão de que a História obedece a leis que permitem prever-lhe o curso, e deu nome ao seu efeito mais perverso, o efeito Édipo: a previsão que ajuda a produzir

aquilo que anuncia.

A conveniência não torna uma tese falsa, mas obriga a verificá-la duas vezes. Rússia vitoriosa, União em desagregação: é o núcleo da narrativa que Moscovo financia há anos, como mostrou em 2024 o caso *Voice of Europe*. E Turchin não coincide com ela apenas na conclusão. Na mesma entrevista, atribui a viragem russa à pressão da NATO, do Kosovo a 2008, trata como retórica a ameaça russa de que falam Von der Leyen, Merz e Macron, imputando parte dela ao Ocidente, e afirma que Putin era “o mais eurófilo dos dirigentes russos”. São teses do Kremlin com chancela académica. A gestão de percepções mais eficaz nunca grita; faz-se passar por ciência serena.

Como tenho escrito nestas páginas, Moscovo quer subverter a Europa; Washington, da Grã-Bretanha às tarifas, quer vergá-la. Ambas apostam numa Europa sem vontade própria. É esse o serviço que a profecia fatalista presta, saiba-o ou não o seu autor: dizer à Europa que está condenada é desarmá-la antes do combate. É o efeito Édipo convertido em instrumento. Em guerra de informação, o fatalismo é uma arma de precisão.

Divirjo de Turchin com a teoria dele. Em *War and Peace and War*, a *asabiya* forma-se nas fronteiras, sob a pressão de um adversário diferente de nós. Por essa lógica, a ameaça russa devia forjar

coesão europeia. E foi o que se viu: sanções sucessivas, financiamento conjunto à Ucrânia, empréstimos comuns do programa SAFE para a Defesa, passos impensáveis antes de 2022. Ainda não é *asabiya*, mas é assim que ela começa.

Turchin dá à coesão mais peso do que aos recursos, e é aí que o seu *ranking* tropeça. Nenhuma potência é auto-suficiente; todas têm pés de barro, mas não da mesma argila. Os Estados Unidos são os que mais se aproximam, da indústria aos recursos, com uma população que envelhece menos do que a dos rivais. A China tem quase tudo isto, mas importa a maior parte do petróleo e boa parte do gás. A Europa importa uma parte maior da energia que consome, mas gera riqueza equivalente com um terço da energia chinesa e lidera, entre as grandes potências, na quota de renováveis. A Rússia é outra coisa: uma economia do hidrocarboneto, quase primária, comparável à italiana em dólares correntes, com indústria civil fraca, infra-estruturas degradadas e menos de 150 milhões de habitantes no maior território do planeta. (...)

*Leia o artigo na íntegra em [dn.pt](#)

Analista de Estratégia, Segurança e Defesa
Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico



O mundo visto do centro

Bernardo Ivo Cruz

O fim do mês voltou à rua

Em novembro de 2018, um colete amarelo resumiu numa frase o que se passava em França. “As elites falam do fim do mundo, nós falamos do fim do mês.” Quase oito anos depois, o fim do mês voltou à rua.

Em outubro, centenas de milhares de franceses protestaram contra o custo de vida e em defesa da escola pública; na Bélgica, os estudantes saíram à rua contra o aumento das propinas; e no Porto, em Lisboa e noutras cidades portuguesas, houve quem acampasse para pedir casas que os salários consiguam pagar.

Cada país tem as suas razões e nada justifica a violência que marcou alguns destes protestos, nomeadamente em França. Mas há algo em comum. Quem protesta é, muitas vezes, quem tem menos margem para suportar o custo das decisões políticas. E sente que ninguém a ouviu antes de decidir.

Os governos responderam, em geral, defendendo a autoridade do Estado que, nos casos em que houve violência, é necessário. Mas não chega, porque não responde às angústias de quem se manifesta, nem às perguntas que qualquer pessoa faz quando lhe apresentam uma nova política. Para que serve? Quem a paga, e porquê eu? Ouviram-me? Consigo adaptar-me a tempo?

No início do mês escrevi aqui que uma política pública costuma ser avaliada por três perguntas.

Quem decidiu? Como decidiu? Que resultados

teve? Proponho uma quarta. A política teve em conta as circunstâncias de quem a vai pagar? Trabalhei a ideia num artigo científico em julho disponível em acesso aberto, referi-a na *Conferência de Lisboa*, em outubro, e é o tema central do meu próximo livro sobre *O Debate entre o Fim do Mundo e o Fim do Mês*. Chamo-lhe a Legitimidade das Circunstâncias.

A ideia nasceu da política climática. A revolta dos coletes amarelos não foi contra a ciência climática, mas contra um imposto sobre os combustíveis que pesava de forma muito diferente sobre quem tinha o metro à porta e sobre quem fazia 40 quilómetros de carro para ir trabalhar. O problema central não era apenas o imposto, mas ninguém ter olhado para quem o ia pagar.

A mesma propina escolar, a mesma renda ou o mesmo imposto não pesam o mesmo em todas as casas. Depende do salário, da idade, de onde se vive.

“

As perguntas de quem vai pagar só têm boa resposta se quem decide tiver feito, antes, as suas. No livro, proponho seis.”

Uma política pode ser legal, respeitar os procedimentos e produzir bons resultados médios e, ainda assim, falhar porque ignora as circunstâncias de quem suporta os seus custos. Em Portugal, a habitação é hoje o seu exemplo mais evidente.

As perguntas de quem vai pagar só têm boa resposta se quem decide tiver feito, antes, as suas. No livro, proponho seis. Quem vai pagar mais? Ouvi essas pessoas a tempo? Pensei noutras soluções?

O que ouvi mudou alguma coisa? Quem vai pagar tem forma de se adaptar? E fiz tudo isto antes de decidir, ou só depois dos protestos?

Isto não é dar razão à rua, nem dar a quem protesta o poder de vetar. Governar obriga a escolher e, às vezes, a impor sacrifícios. Mas um sacrifício que uns aguentam pode ser impossível para outros.

Quem decide tem de o saber antes e tem de explicar por que é que, mesmo assim, o sacrifício é necessário.

Quando quem decide não faz as suas seis perguntas, as quatro de quem paga ficam sem resposta. E uma queixa sobre um imposto, uma propina ou uma renda pode transformar-se numa revolta contra tudo. A democracia não morre só nas urnas. Também se gasta, aos poucos, sempre que alguém decide sem saber quem vai pagar.

Professor Convidado
UCP/UNL/UE



Cartão azul

Ana Miguel Pedro

A amnésia socialista

Há uma geração de europeus para quem ter uma casa deixou de ser um projecto de vida, jovens que trabalham e não conseguem sair de casa dos pais ou famílias que dedicam metade do salário à renda. Pessoas que, apesar de trabalharem, já não conseguem viver nas cidades onde nasceram. As manifestações que percorrem Portugal e outras cidades europeias exprimem uma indignação legítima e a crise da habitação tornou-se uma das grandes fracturas sociais da Europa. Não é apenas um problema de preços, é um problema de mobilidade social, de natalidade e de liberdade individual.

Mas a legitimidade de uma causa não transforma a ilegalidade num direito. Em Lisboa, vimos tendas instaladas no Rossio, resistência às ordens policiais, confrontos e detenções. No Porto, a ocupação prolongou-se durante dias. Uma praça pública não passa a ser propriedade privada de quem nela instala uma tenda e a desobediência não se transforma numa virtude democrática por vir embrulhada numa palavra de ordem. O Estado de Direito não funciona por simpatias ideológicas.

O Partido Socialista conseguiu uma proeza política notável, governou oito anos sem resolver a crise e descobriu os seus responsáveis assim que passou para a oposição. Oito anos para construir, planejar, antecipar o crescimento da procura e aumentar a oferta. António

Costa prometeu dar resposta às famílias em situação de carência habitacional até ao cinquentenário do 25 de Abril. A data chegou, as casas prometidas, essas, na sua esmagadora maioria, não.

E quando a dimensão do problema já não permitia mais discursos, o PS apresentou o programa *Mais Habitação*. Em vez de criar condições para construir mais, apostou em restrições ao Alojamento Local, limitações às rendas e até na possibilidade de arrendamento coercivo. Como se fosse possível resolver a falta de casas hostilizando quem as possui, como se a insegurança jurídica atraísse investimento ou como se o Estado pudesse substituir, por decreto, as habitações que não foi capaz de construir.

Entretanto, o país mudava a uma velocidade extraordinária. Segundo o INE, só entre 2022 e 2024 a população residente aumentou cerca de 788 mil pessoas, num crescimento fortemente impulsionado pela imigração. Pode existir uma política migratória desligada da realidade habitacional do país? Onde estava o planeamento habitacional correspondente? Quantas casas foram construídas para acompanhar este aumento da procura? Aumentaram a pressão sobre a procura sem prepararem a oferta e deixaram ao país a factura que não podem agora fingir desconhecer. Uma política migratória sem controlo adequado, sem planeamento habitacio-

nal e sem capacidade de acolhimento é uma irresponsabilidade política cujas consequências não desaparecem quando se passa para a oposição. O PS não sabia quantas pessoas autorizava a entrar, mas também demonstrou não saber para onde iriam viver.

A diferença entre os dois Governos não está apenas nas políticas. Está na velocidade, na ambição e, sobretudo, na capacidade de execução. Enquanto o Partido Socialista passou oito anos a multiplicar promessas e a desconfiar de quem investe, o Governo da AD avançou com medidas concretas, desde a isenção de IMT para os jovens, garantia pública no crédito, redução do IVA para 6% na construção e incentivos fiscais ao arrendamento.

E quem acredita que esta crise se resolve perseguindo proprietários pode olhar para o lado, para Espanha. Com o drama de Maricarmen Abascal, de 87 anos, a resposta de Pedro Sánchez foi mais uma ofensiva legislativa, congelamento de rendas, proibição de despejos e novas restrições aos senhorios. O resultado foram mais de quatro mil habitações retiradas do mercado de arrendamento.

É a velha receita da esquerda que promete proteger os inquilinos, multiplica proibições, penaliza proprietários e depois mostra-se surpreendida quando a oferta de casas para arrendar diminui. Incapaz de resolver a escassez, prefere encontrar culpados e transforma os proprietários em inimigos públicos e a propriedade privada num obstáculo a eliminar. É mais fácil fazer uma guerra aos senhorios do que construir uma única casa.

Eurodeputada do CDS,
membro da Comissão Justiça
e Assuntos Internos.
Escreve sem aplicação
do Acordo Ortográfico.



Intervenção da PSP na Acampada de Lisboa, no Rossio, na madrugada de 25 de outubro.

JOSE SENA GOULÃO/LUSA

Montenegro confrontado com pedidos de explicação, Neves defende PSP e Seguro é pressionado a pronunciar-se

ACAMPADAS Fernando Negrão exige esclarecimentos de Montenegro, Ângelo Correia alerta para as consequências do silêncio do Governo e Jorge Moreira da Silva critica a carga policial. PS pede explicações, PSD defende proporcionalidade da intervenção e Luís Neves remete para a autonomia da PSP. Intensificam-se os apelos a António José Seguro para que se pronuncie.

TEXTO ALEXANDRA TAVARES-TELES E FREDERICO BARTOLO

A intervenção policial nos protestos pelo direito à habitação motivou reações também dentro da área política do PSD. Fernando Negrão, Ângelo Correia e Jorge Moreira da Silva assumiram posições distintas sobre a intervenção da PSP nas acampadas de Lisboa e do Porto, mas convergiram na necessidade de uma resposta política aos acontecimentos e às reivindicações pela habitação. As declarações dos três destacados sociais-democratas juntaram-se, este domingo, 25 de outubro, às reações às operações policiais da madrugada.

O antigo líder parlamentar do PSD e antigo diretor nacional da Polícia Judiciária, Fernando Negrão, defendeu, em declarações ao DN, que é necessário esclarecer se as decisões foram “meramente de âmbito policial” ou se “também são de natureza política”. Para Negrão, a resposta já deve partir de Luís Montenegro: “Essa explicação, neste momento, e dado o atraso e a falta de explicações ao longo do tempo, só pode ser dada pelo primeiro-ministro.”

O antigo diretor da PJ criticou também a postura do ministro da Administração Interna numa tomada de posição sobre a atuação

policial. Considerou que Luís Neves apresentou um ar que “não era propriamente o ar mais adequado”, porque “revelava alguma agressividade”, perguntando-se sobre a autorização do ministro para o que se verificou no Rossio, em Lisboa, e na praça D. João I, no Porto. “Temos, de facto, um problema com as forças de segurança e com a necessidade da ação. Precisamos de uma explicação sobre a cadeia hierárquica, a tomada de decisões e a responsabilidade que a quem tem sobre essas decisões tomadas. Se elas são meramente de âmbito policial ou também são de natureza política”.

Negrão reclamou “uma intervenção cabal” e “uma intervenção esclarecedora”, que explique o sucedido e tranquilize o país. Criticou igualmente a atitude do PSD: “Relativamente a outras matérias, não vejo ninguém do PSD a falar, a não ser para se defender de acusações da oposição.” Na sua avaliação, o partido limita-se a uma defesa, “por vezes algo envergonhada”, das medidas do Governo.

Ângelo Correia defendeu, por seu lado, que o executivo deve mostrar que ouviu as preocupações dos manifestantes e está a procurar respostas. “O silêncio do

Governo pode ser interpretado como uma rutura do canal de representação entre os representantes e representados”, afirmou ao DN o antigo ministro da Administração Interna. “Quando se rompem os canais de ligação entre uns e outros, a democracia enfraquece.” E embora considere que os manifestantes agiram em violação da lei, sublinhou a dimensão das reivindicações: “Há um grupo de portugueses que está a falar de um tema que afecta muitíssimo mais portugueses.”

Quanto à operação da PSP, considerou-a proporcional, descrevendo-a como “uma forma muito moderada de ação”, disse, destacando também os contactos anteriores à intervenção: “Por muitos dias, por muitos momentos, a polícia estabeleceu um diálogo com os manifestantes, que não é usual em Portugal e fica-lhe bem.”

Perante a instalação de novas tendas, sustentou que “a polícia era obrigada a intervir”. Questionado sobre a moderação dos manifestantes em comparação com protestos noutros países, respondeu: “Não interessa ser moderada ou não e sim ser legal ou não.” Reconheceu às autarquias um papel na resposta à crise, mas situou a responsabilidade principal no executivo: “A primeira questão é política, do próprio Governo.”

Jorge Moreira da Silva assumiu uma posição crítica da carga policial. Numa publicação no X, o antigo ministro e ex-candidato à liderança do PSD considerou que a intervenção contra “protestos pacíficos”, em Lisboa e no Porto, “além de injustificável à luz da tolerância, da empatia e dos direitos humanos, é um tremendo erro dos decisores”. “É disto que se alimenta o populismo, a radicalização e a descrença na política”, acrescentou o atual diretor executivo do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, a UNOPS.

O que disseram oposição e o partido do Governo

O secretário-geral do PS, José Luís Carneiro, exigiu explicações ao primeiro-ministro, considerando que o uso da força parece ter sido desproporcionado. “Não podemos ficar indiferentes a que um protesto que se afirmou pacífico tenha terminado desta forma. A saída para esta crise não é policial. A saída para esta crise é política”, declarou. Carneiro classificou como “incompreensíveis” as imagens da intervenção, referindo-se

ao “uso da força para retirar cidadãos que pacificamente estavam a exercer os seus direitos fundamentais”. Pediu “um esclarecimento cabal da parte do primeiro-ministro” sobre uma atuação que, na sua avaliação, “parece um uso desproporcionado de força em relação àquilo que estava em causa”.

O líder socialista defendeu que qualquer restrição do direito de manifestação deve respeitar os princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade. “O uso da força deve ser sempre o último recurso”, sublinhou.

“Respeitamos as forças de segurança que cumprem orientações políticas que devem ser claras e que devem ser legítimas. Mas exigimos o esclarecimento cabal do primeiro-ministro”, acrescentou, acusando Montenegro de, com o seu silêncio, “continuar a atirar polícias contra cidadãos e cidadãos contra polícias”.

Para Carneiro, a proposta de alteração à lei do arrendamento “foi o rastilho” das manifestações. “Este protesto tem uma causa: rendas que não param de subir, famílias que não conseguem pagar a casa, jovens impedidos de construir a sua vida”, afirmou.

Exigiu a retirada da proposta e disponibilizou o PS para trabalhar com o Governo numa resposta de emergência, começando por uma garantia pública ao arrendamento. Anunciou ainda que levará as propostas socialistas à reunião com o Presidente da República marcada para 29 de outubro.

À posição do PS respondeu o porta-voz do PSD, Sebastião Bugalho, que defendeu a proporcionalidade da atuação policial e acusou Carneiro de irresponsabilidade.

Em Aveiro, Bugalho disse ter identificado um “claro esforço das forças de autoridade para evitar recorrer à força”. Sustentou que “a segurança das forças de segurança e dos jornalistas foi colocada em causa” pelo arremesso de objetos e que, após os apelos à desmobilização pacífica, “a polícia teve de cumprir a lei e com a proporcionalidade que se justificava”. “O uso da força é sempre o último recurso, mas a autoridade é inquebrável”, afirmou. “Não vamos contribuir para a irresponsabilidade e para aumentar a clivagem entre polícias e população. Respeitamos quem se manifesta e quem nos protege todos os dias, mas não vamos colocar os agentes de segurança de um lado e os que querem resolver a crise da habitação do outro.”

Elementos da extinta Comissão de Honra de António José Seguro subscreveram a um abaixo-assinado onde reclamam uma presença pública mais interventiva do chefe do Estado, que marcou um Conselho de Estado e vai reunir-se com os partidos.

O porta-voz rejeitou “essa falsa clivagem que só pretende dividir o país para tirar dividendos políticos”. Questionou também a disponibilidade do PS para negociar, afirmando que “o Partido Socialista votou quatro vezes contra medidas da habitação jovem”.

Sobre a ausência de uma declaração de Montenegro, respondeu que “o primeiro-ministro não ficou nem cego, nem surdo, nem mudo na última semana”. Defendeu os resultados da política de habitação do executivo e considerou “preocupante e até chocante” a reação de Carneiro, recordando que foi ministro da Administração Interna. “Com a sua declaração oportunista e irresponsável, José Luís Carneiro não condenou de forma inequívoca o arremesso de objetos contra a polícia, nem condenou, de forma inequívoca, atos de desordem que põem em causa a autoridade do Estado e as regras de funcionamento da democracia”, afirmou.

André Ventura defendeu, em sentido contrário, que a intervenção para repor a ordem pública não podia “deixar de acontecer”. “A polícia não tinha outro caminho senão fazer o que fez, repor a legalidade e repor a ordem”, afirmou.

O líder do Chega acusou “uma minoria, sobretudo infiltrada pela extrema-esquerda e por alguns arruaceiros internacionais e nacionais”, de provocar deliberadamente as autoridades. Declarou-se “incondicionalmente ao lado” da polícia e criticou o silêncio de Montenegro, instando-o a “dar a cara”.

Ventura afirmou que o partido continuará a trabalhar no Parlamento por soluções “para as pessoas, não para o mercado, para as pessoas”. Acusou ainda os partidos de esquerda que apoiam as mani-

festações de fazerem “um enorme dano à democracia, às instituições e à segurança”.

Neves rejeita a expressão “carga policial” e defende autonomia da PSP

O ministro da Administração Interna recusou ter dado instruções para a operação e rejeitou a expressão “carga policial”. Em Celorico de Basto, à margem de uma cerimónia dedicada aos bombeiros, Luís Neves invocou a autonomia das forças de segurança. “Nenhuma força de segurança precisa de indicações para cumprir a lei, cada força de segurança tem autonomia tática, técnica e operacional. Sempre foi assim”, afirmou.

O ministro justificou a intervenção com a necessidade de “restituir a ordem pública e a liberdade de circulação”. “Quando existe uma violação da lei é normal, é aceitável e desejável que a ordem pública seja reposta. O espaço público é de todos”, disse. Dizendo ter acompanhado a operação, afirmou: “Só vi que um bastão tenha sido utilizado, houve, sim, força física para fazer cumprir o estado de direito, uma ação legitimada.”

Uma hora depois, o Ministério da Administração Interna esclareceu que a referência “à utilização de um bastão” na operação da PSP no Rossio, não pretendia enumerar exaustivamente a quantidade utilizada, mas indicar “que foram usados bastões apenas numa situação específica no Rossio”. Segundo o gabinete, o ministro queria “contrariar a tese de que a polícia tinha dispersado os manifestantes à bastonada”, como tem vindo a ser erradamente repetido. Sobre as consequências da ação policial, Neves afirmou que “ninguém fica satisfeito com a existência de feridos”, “nem o Governo nem a polícia”, considerando as lesões “uma decorrência da ação”. “Toda a ação implica reação”, acrescentou. O ministro referiu a existência de polícias agredidos e de material apreendido e defendeu a política de habitação do executivo: “É ali no Parlamento que se fazem as soluções. Não é em assembleias populares que se pode decretar o que pode ou não ser feito. É assim desde 1974.”

Reconheceu a legitimidade das reivindicações: “É desejável e aceitável que existam manifestações e o motivo é de grande relevância social, nacional e europeia. É pelo direito de ter uma casa. Mas não pode condicionar o espaço público, o espaço que é de todos.”

Alexandra Leitão, vereadora socialista em Lisboa, apresentou uma leiatura oposta. Numa posição divulgada nas redes sociais e confirmada ao DN, criticou a resposta do executivo e pediu uma intervenção de António José Seguro.

“O governo não dialoga, responde à bastonada, invocando uma lei de constitucionalidade duvidosa anterior à constituição. Em democracia bater em manifestantes pacíficos não pode ser aceitável”, afirmou. No seu entender, “o Presidente da República tem de intervir”.

A antiga líder parlamentar do PS ressaltou que “a vandalização não é tolerável”, mas considerou que os restantes acontecimentos deveriam merecer uma palavra de Carlos Moedas. Disse ter ouvido o presidente da Câmara de Lisboa apenas sobre a vandalização da estátua e o custo da limpeza.

Apelos ao Presidente

Os pedidos de intervenção presidencial estendem-se a um abaixo-assinado subscreto por elementos da extinta Comissão de Honra de António José Seguro, que reclamam uma presença pública mais interventiva do chefe do Estado, que marcou um Conselho de Estado e vai reunir-se com os partidos.

No plano partidário, o Livre condenou a operação. “O que aconteceu esta madrugada foi absolutamente inaceitável”, afirmou Isabel Mendes Lopes. Acrescentou que a “democracia perde-se quando há violência de Estado sobre os cidadãos”, exigindo explicações do primeiro-ministro e uma posição do Presidente da República. A dirigente pediu a saída de Luís Neves: “Há explicações a dar e não tem condições para continuar no Governo.” O partido requereu a audição urgente do ministro e do diretor nacional da PSP, Pedro Moura, para esclarecer as circunstâncias das intervenções e os critérios de utilização dos meios policiais.

Pelo PCB João Ferreira afirmou: “O Governo não pode usar a polícia para reprimir manifestantes que se manifestaram sempre ordeiramente, pacificamente.” O dirigente defendeu que a dimensão da crise exige respostas políticas e criticou as propostas do executivo por agravarem o problema.

O coordenador do BE, José Manuel Pureza, acusou o executivo de ter determinado a violência: a “polícia bateu a mando do Governo de Luís Montenegro”. Pediu uma intervenção presidencial e defendeu a continuidade da mobilização contra as alterações à lei do arrendamento.



EPA / JOSE SEVA GOULAO



FERNANDO VELLUDO / LUSA

A concentração de pessoas aos milhares, sobretudo em Lisboa e no Porto – mas Faro também aderiu – iniciou-se por volta das 17h00.

Centenas de pessoas voltam ao Rossio: “Mais casas, menos bastão”

PROTESTO Balanço de 33 feridos na intervenção da PSP motiva pedido de inquérito à IGAI e carta aberta a exigir tomada de posição do Presidente da República.

TEXTO **ADELAIDE CABRAL**

“**M**ais casas, menos bastão” ou “Não queremos medo nas ruas, queremos direitos” eram alguns dos cartazes empunhados por manifestantes na tarde deste domingo, 25 de outubro, na Praça D. Pedro IV, Rossio, em Lisboa, em defesa do direito à habitação. Depois da intervenção policial da madrugada de domingo, para obrigar a dispersar os manifestantes e levantar as tendas nas duas principais cidades do país, Faro juntou-se a Lisboa e ao Porto com mais uma praça onde a contestação se fez ouvir, alargando a sul a exigência por respostas imediatas à crise imobiliária.

Ao início da noite de ontem, domingo, o Rossio transformou-se num plenário a céu aberto e os manifestantes regressaram

aos milhares ao centro de Lisboa. À hora de fecho desta edição, no Rossio, debatia-se em assembleia popular se se voltavam a erguer as tendas, arriscando um novo braço-de-ferro com as autoridades, enquanto a PSP mantinha um forte cordão de segurança em torno da praça D. Pedro IV, assumindo, de momento, uma postura de vigilância à distância.

Mais a norte, na Praça D. João I, no Porto, o protesto assumiu a forma de vigília contra a atuação policial da madrugada. Mesmo sem o apoio das estruturas apreendidas, os manifestantes recusavam abandonar o local e prometiam manter a ocupação da praça ao longo da noite. À hora de fecho do DN, ainda sem uma decisão definitiva neste sentido, após um minuto de silêncio pelos manifestantes agredidos, a as-

sembleia popular aprovou por unanimidade a “resistência pacífica” e apelou a uma tomada de posição do Presidente da República sobre a violência policial.

Já no Algarve, a concentração de Faro, que juntou centenas de pessoas num cordão de solidariedade ao final da tarde, na Praça da Liberdade, acabou por desmobilizar de forma pacífica.

Os milhares de pessoas que regressaram às praças das cidades portuguesas transformaram a contestação pelo direito à habitação num protesto conjunto contra a intervenção policial da madrugada anterior.

A atuação da PSP – que dispersou os manifestantes à bastonada e com recurso a cães (no Porto), resultou em, pelo menos, 33 feridos – foi classificada nas assembleias populares como “o

maior atentado à democracia desde o 25 de Abril”.

Ordem dos Advogados pede inquérito

A atuação das forças de segurança nas desocupações da madrugada de domingo já suscitou a reação da Ordem dos Advogados, que exige um inquérito da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI).

Para o bastonário, João Massano, é essencial apurar se a PSP ultrapassou os limites do uso da força, face a um balanço que subiu para 27 feridos em Lisboa e seis no Porto. O responsável classificou ainda como inaceitável, num Estado de Direito, que os defensores tenham ficado retidos “à porta de uma esquadra”, impedidos de prestar apoio jurídico aos detidos. Os feridos da capital,

assistidos nos hospitais de São José e Santa Maria, já tiveram todos alta médica.

Personalidades da sociedade civil pedem intervenção do PR

Entretanto, mais de 20 reconhecidas personalidades da sociedade civil, dirigiram também este domingo uma carta ao Presidente da República pedindo a sua intervenção face à “repressão policial infundamentada, desnecessária e desproporcional” da madrugada de sábado.

“O seu silêncio neste momento, Exmo. Sr. Presidente da República, não acalma a violência. Só a sua palavra pode repor a tranquilidade pública e a primazia do respeito pelos direitos cívicos dos cidadãos. Rogamos-lhes: faça-se ouvir”, apelaram os subscritores de na missiva divulgada pela agência Lusa.

A carta aberta é assinada por 23 personalidades da cultura, política e educação, como a *rapper* Capicua, o encenador Tiago Rodrigues, o músico Pedro Abrunhosa, a professora universitária Helena Freitas, a arquiteta e ex-deputada Helena Roseta, a presidente da Fundação José Saramago, Pilar del Río, a economista Susana Peralta ou o advogado Ricardo Sá Fernandes. **Com LUSA**



Sítios fora do lugar

Diogo Noivo

O conto das duas irmãs chamadas democracia

Era uma vez uma revolução. Respondia pelo apodo nostálgico 'Dezoito', em referência ao século em que nasceu. Teve duas filhas, ambas chamadas democracia. A primeira tinha feitio moderado e liberal. A segunda, mais irreverente, era soberanista e plebiscitária.

Só a primeira chegou à idade adulta. A segunda ficou retida numa adolescência eterna, com todas as patologias próprias dessa etapa da vida: excessos temerários, crença na imortalidade e bravatas nobres com resultados desastrosos.

Cedo se envolveram numa luta fratricida pelos favores dos homens. Uma e outra digladiaram-se por seduzir povos e condicionar os seus futuros. O conto é longo e está pejado de digressões narrativas relevantes, mas por economia de espaço bastará relembrar a moral da história que, segundo o autor deste conto, Alexis de Tocqueville, é bastante simples: a primeira democracia conduziu os homens a instituições livres, enquanto a segunda os vergou ao poder absoluto.

Ao não ter superado a pubescência, a democracia plebiscitária nunca entendeu que os países se fundam num acordo entre os cidadãos vivos, os mortos e os que hão de nascer. Por isso, não mudam de sítio apenas porque, a dado momento, há uma maioria conjuntural que o quer deslocar.

Também ignora que abundam na História episódios em que o povo saiu à rua, se tornou hegemónico no espaço público, e depois, chamado às urnas, afinal, era minoria. Não faltam casos de massas irredentas, aparentemente indomáveis, que vistas em perspectiva histórica se revelam muitíssimo voláteis (veja-se, por exemplo, a enorme variação no apoio à independência da Catalunha no decurso dos últimos 50 anos).

Pelo contrário, a irmã moderada e representativa defende leis e instituições como vias para domar conflitos, inevitáveis em qualquer sociedade. Vive apegada aos termos de legitimidade e autoridade, sem os quais a existência humana seria solitária, pobre, brutal e curta.

No essencial, para a primeira irmã, as

leis e as instituições protegem-nos dos caprichos dos outros, garantindo liberdade, sem temor a ser atropelado por turbas mais ou menos representativas.

Conhecemos bem as duas irmãs. Beneficiamos dos méritos de uma, o que não nos torna imunes à épica persuasora da outra. É uma luta perpétua, como o demonstram os protestos em Portugal, Espanha, França, Itália e em outros Estados europeus.

A segunda irmã espreita nas "assembleias populares", na conquista hegemónica da rua, em greves gerais convocadas sem que haja um conflito laboral no horizonte e na pilhagem de lojas como acto de resistência ao sistema. O edifício da Câmara Municipal de Limoges ardeu porque, como qualquer símbolo da democracia representativa, é obra da primeira irmã.

Num ensaio muito recomendável acabado de publicar em Espanha, o professor de Teoria Política Ángel Rivero adverte que vivemos uma época em que, em nome do povo, se afirma uma soberania absoluta que desdenha a limitação do poder, própria do liberalismo. Isto é, a segunda irmã declara, novamente, guerra à primeira.

Mais do que um sistema de representação de vontades e anseios, a democracia é um sistema de protecção da liberdade individual. Aliás, em *El Curso Perdido de la Democracia*, Rivero recorda que, do ponto de vista histórico, os parlamentos apareceram como instâncias de limitação os poderes do soberano, seja ele um rei ou o povo. A função representativa veio depois.

A justiça de uma causa e a legitimidade de quem a defende não se aferem pelo número de tendas montadas, nem pelo número de carros queimados ou de lojas pilhadas, sob pena de se comprometerem as normas que nos permitem viver em conjunto. Na democracia que temos, e que convém preservar, a forma é tão importante como o conteúdo.

Político.

Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico.



PODER LOCAL

Codex

Luís Newton

Acampadas e a cidade

Em Lisboa, há quem leve duas horas para chegar ao emprego, porque o salário não chega para viver perto dele.

No segundo trimestre de 2026, segundo o INE, o preço mediano das casas vendidas na cidade atingiu 5299 euros por metro quadrado. Esta crise tem rostos, não apenas estatísticas.

A resposta não se esgota em apontar culpados ou decretar rendas mais baixas. Falta habitação onde a procura se concentra. Há casas vagas que precisam de obras ou ficam longe de quem procura. Temos de pensar cidade antes de a construir, para quebrar o ciclo destes erros.

Temos de discutir, sem preconceitos, a construção em altura, nos locais onde os transportes e os serviços a suportem. Sabemos que mais pisos não garantem casas acessíveis, mas impedir novos pisos também não as cria.

Uma família que não consegue pagar a renda tem razões para sair à rua, mas o comerciante que receia abrir a porta no dia seguinte também tem o direito de esperar protecção.

A democracia não deve obrigar-nos a escolher entre os dois.

Há ainda perguntas incómodas sobre quem conduz estas mobilizações.

O *Correio da Manhã* noticiou a presença da Unidade Popular pelo Socialismo e do Movimento Olga Benário, organizações políticas brasileiras. No Porto, um participante apelou a um ataque à casa do primeiro-ministro... felizmente os organizadores demarcaram-se.

“

Depois de sucessivos avisos, ordens não acatadas e danos no espaço público, esperava-se o quê? Uma polícia que tenha receio de agir (...)?”

Não está provado que estas organizações dirijam os protestos, mas nem por isso deixa de ser legítimo perguntar quem organiza, quem decide e com que objetivos. O passaporte de quem se manifesta não me interessa. Interessa-me a responsabilidade de quem convoca.

Na madrugada de 25 de outubro, a PSP interveio nas acampadas de Lisboa e Porto. Houve 31 detenções e 11 feridos, segundo o balanço policial.

Depois de sucessivos avisos, ordens não acatadas e danos no espaço público, esperava-se o quê? Uma polícia que tenha receio de agir por medo do julgamento instantâneo das redes sociais? A PSP não pode ter carta branca, mas também não pode ser empurrada para a inação.

O uniforme não dá imunidade, mas o escrutínio não pode transformar-se numa condenação antecipada de qualquer ação policial. O medo de ser criticado não pode ser maior do que o dever de proteger.

Quem procura transformar uma causa social numa oportunidade para provocar confrontos, incluindo grupos extremistas que tentem instrumentalizá-la, faz imediatamente duas vítimas: a comunidade ameaçada e os manifestantes pacíficos, cuja voz fica abafada.

E estão prometidas mais acampadas, que terminam quando? Qual o objetivo?

É que uma praça não deixa de ser de todos só porque alguns decidem passar lá a noite. É de quem protesta, mas também de quem a cruza para o trabalho, do comerciante que abre a loja e do idoso que nela tem a sua rotina. A polícia tem de proteger uns e outros, nos limites da lei.

Porque uma cidade onde falta espaço para viver não ganha nada se perder o espaço que é de todos.

E na cidade que queremos construir, ninguém deve ter medo de não ter casa, mas também ninguém deve ter medo de sair dela.

Consultor



Abundância de vida marinha nas áreas protegidas do arquipélago foi destacada por investigadores: “É como mergulhar num aquário”.

FUNDAÇÃO OCEANO AZUL - EMANUEL GONÇALVES

Para “ver a ilha” é preciso estudá-la: dos voos das freiras à vida na profundidade do Atlântico

REPORTAGEM Está em curso na Madeira o maior levantamento científico já realizado no arquipélago. O foco está no mar e na qualidade das áreas sob proteção ambiental, abrindo portas a novas zonas no futuro que conciliem vida marinha saudável e uma economia que saiba tirar proveito, de forma sustentável, do que o oceano tem para oferecer.

TEXTO PEDRO SEQUEIRA

Os 300 cavalos debitados pelos dois motores do semi-rígido da Polícia Marítima dão uma amostra da sua potência assim que a embarcação deixa as águas tranquilas da marina do Porto Santo e se faz ao mar aberto, em direção ao Ilhéu da Cal. A bordo

seguem cientistas, operadores de imagem e técnicos especializados em matérias do mar, que por estes dias fazem parte de um conjunto de aproximadamente 200 pessoas que participam numa expedição no âmbito do programa Madeira Ocean. Pertencem a 34 instituições diferentes, que emprestam

recursos humanos e *know-how* para dar corpo ao maior e mais completo levantamento científico realizado até hoje sobre as áreas marinhas da Região Autónoma da Madeira.

Na aproximação ao ilhéu, feita em conjunto com outra embarcação, também repleta de profissio-

nais de diferentes áreas, saltam à vista as dezenas de galerias abertas pelo homem para a extração de cal, processo que só seria interrompido nos anos 70 do século passado. A costa é observada com atenção, à procura de um ponto para desembarque. A ondulação é algo elevada e o grau de preparação de quem está a bordo para fazer o desembarque em segurança não é uniforme – no caso, era necessário saltar do barco em movimento, fora de pé, para uma zona de rocha. É preciso tomar uma decisão na hora e esta cabe a Paulo Oliveira, coordenador geral do Madeira Ocean e vice-presidente do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (o IFCN, da Madeira): assim, uma equipa acabou por sair ali, para análise de dados na zona intertidal (partes da costa que só ficam à superfície durante a maré baixa), e outra seguiu para uma praia rochosa no Porto Santo, onde o desembarque era mais fácil, para uma ação de monitorização e recolha de lixo marinho. Saber adaptar-se às circunstâncias acaba por ser uma regra de ouro nesta expedição, já que o planeamento, por mais elaborado que seja, tem sempre de ter presente que quem dita verdadeiramente as regras do jogo é a própria natureza, as condições atmosféricas e o estado do mar.

“Na verdade, é disso que gosto. Estar no meio da confusão, a procurar soluções. Repare: esta expe-

dição começou a ser preparada há três meses. E logo aí a discussão foi: quando, como e com quem vamos fazer isto? Que especialistas precisamos ter aqui, que meios é que eles precisam e como é que os vamos providenciar? Certo é que um mês antes da expedição, já tínhamos o todo o calendário definido, com as horas de cada ação, a embarcação que ia fazer o transporte, as pessoas que iam estar a bordo, etc, mesmo sabendo que as condições meteorológicas podiam baralhar tudo isso. O importante era ter este esqueleto montado, para depois podermos ‘brincar’ com ele. É um processo bastante dinâmico”, conta Paulo Oliveira, ao DN, antes de destacar a dimensão desta iniciativa.

“Já levo alguns anos disto. Participei, por exemplo, na expedição nas Ilhas Selvagens, em 2015, que também envolveu muita gente [um trabalho que culminou com o alargamento da Reserva Natural para 2677 kms quadrados, transformando-a na maior área marinha de proteção total do Atlântico Norte e da Europa]. Mas não me lembro de uma expedição tão grande em Portugal. O que marca a diferença é a dispersão geográfica. Estamos a ir a muitos sítios, a todas as áreas de interesse, no arquipélago da Madeira, do Porto Santo e das Ilhas Desertas. E, além de cobrirmos todo o arquipélago, o nosso trabalho incide em várias camadas, desde o céu e o estudo das aves marinhas até aos corais de grande profundidade”.

O Programa Madeira Ocean foi estabelecido a 7 de maio de 2026, data em que foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo Regional da Madeira (representado pelo IFCN, a quem cabe a supervisão de todo o projeto), a Fundação Oceano Azul, a ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, e a National Geographic (através do programa Pristine Seas). Tem como objetivo central apoiar a Madeira a proteger de forma efetiva 30% do seu mar até 2030 – incluindo pelo menos 10% em proteção total – dando resposta, com base em dados científicos, a três questões fundamentais enumeradas por Paulo Oliveira: “Estão as nossas áreas marinhas a funcionar? O nível de proteção aplicado a cada uma é o correto? E se quisermos aumentar as áreas marinhas protegidas, onde é que temos potencial para o fazer?”. O programa foi desenhado para quatro anos, com

os últimos dois a visarem a implementação de novas medidas de conservação e potenciais propostas de alargamento de reservas e os primeiros dois a servirem para a “aquisição de conhecimento” científico que suporte futuras decisões.

É nesta fase que estamos agora e em que se insere a expedição científica em curso (há uma outra já projetada para 2027, nas Selvagens). Arrancou a 1 de outubro, dividida em cinco etapas (Funchal+Desertas; zona sul da Madeira; crista das Desertas; Porto Santo; zonas norte e oeste da Madeira), e termina a 28 de outubro com a divulgação dos primeiros resultados provisórios dos estudos, que combinam diversas metodologias científicas, desde a utilização de tecnologia robótica não tripulada para monitorizar o mar à superfície e em profundidade, filmando-o e mapeando-o, passando pelo trabalho dos mergulhadores e pela simples observação das espécies a partir de terra.

Outra das frentes científicas é avaliar pressões antropogénicas (microplásticos, metais pesados, contaminação de solos, artes de pesca perdidas) nas zonas protegidas. Ao longe, do semi-rígido da Polícia Marítima, já é possível observar lixo espalhado pela praia, não só pelo volume de alguns objetos, mas, principalmente, por as cores garridas dos plásticos e cordas contrastarem bastante com o negro das pedras que cobrem o chão. Ao contrário do que acontece ao lado, na praia do Zimbralinho, esta pequena baía não tem acesso pedonal, pelo que o lixo que ali chega através das correntes oceânicas pode estar a acumular-se há muitos anos, sem ações de recolha.

Feito o desembarque, surge imediatamente o primeiro sinal de alarme, ao serem detetados *plasticrusts* (crostas de plástico), uma forma de poluição marinha que ocorre quando detritos plásticos se fundem e ficam incrustados nas rochas que estão em zona intertidal, a que fica submersa na maré alta e exposta na maré baixa. São, entretanto, distribuídos pelos participantes sacos de plástico pretos, de 200 litros cada, para coletar material. Agora, de perto, a realidade poluente ganha novos contornos, na forma de tampas, garrafas e outros pequenos contentores de plástico, cordas e cordéis usados na pesca, latas de conserva, e tantos outros objetos. Em pouco



FUNDAC A O OCEANO AZUL - BERNARDO AIRES

Fase de trabalho intertidal, que estuda zonas de costa que ficam expostas apenas na maré baixa.



Pesagem do lixo recolhido numa praia do Porto Santo: 101 quilos, em cerca de uma hora.

mais de uma hora, foram coletados oito sacos de lixo.

A recolha é apenas o primeiro passo do processo. Ainda na praia é feita a pesagem: 101 kg de lixo, sendo que só uma corda que deu à costa pesava 23 kg. O material segue depois para triagem, sendo distribuído por uma das cerca de 200 categorias de lixo marinho existentes. Alguns destes objetos oferecem pistas que permitem perceber a sua proveniência e é então que se inicia uma espécie de trabalho de detetive por parte dos investigadores do mar.

16 toneladas de lixo e os desafios da Madeira

Logo na praia, Pedro Sepúlveda, biólogo marinho que trabalha na Direção-Geral de Ambiente e Mar

da Madeira, sendo também o rosto principal na região do projeto Free-LitterAT (iniciativa europeia que combate o lixo marinho no Espaço Atlântico), segura uns pequenos pedaços de corda e decifra o que já vê neles: “O que temos aqui são fragmentos de cordas de reparação de redes, que sabemos logo à partida não estarem relacionados com frotas ou métodos de pesca regionais. Ou seja, é lixo vindo de outros pontos do globo. Aliás, aquilo que o lixo nos mostra é que na Madeira, ao contrário do que seria expectável, as praias a norte têm mais acumulação de resíduos do que as praias a sul, o que, à primeira vista, até parece um contrassenso, pois 80% da população está concentrada no sul, assim como todos os grandes por-

tos e a maior parte da atividade marítima turística. No entanto, a zona norte acaba por ser a mais impactada por ser aquela que está mais exposta às correntes oceânicas, o que comprova a nossa teoria inicial de que a maior parte do lixo vinha de outro lado e não era gerado localmente”, explica ao DN.

Recolher o lixo é tão importante como estudá-lo, pois é esta abordagem que permite transformar conhecimento empírico em saber científico. À medida que este trabalho ganha volume, aumenta a quantidade de informação pública disponível. E esta tanto pode servir para as classes profissionais que operam no mar corrigirem alguns procedimentos mais nocivos, como auxiliar os decisores políticos a promoverem alterações legislativas que mitiguem o problema, acelerando os processos. Pedro Sepúlveda dá como exemplos, nos últimos anos, a proibição de se comercializar palhinhas e cotonetes de plástico, bem como o fim dos sacos de plástico gratuitos nos supermercados, que eram três dos objetos mais frequentes à deriva no mar. A verdade é que, como chamou a atenção e o DN pôde constatar, nenhum deles foi recolhido naquela manhã.

Desde 2020, foram recolhidas 16 toneladas de resíduos no mar da Madeira, “uma quantidade astronómica, difícil de visualizar até por se tratar, sobretudo, de um material leve como é o plástico, mas que é apenas um arranhar da superfície do que realmente está

Arquipélago da Madeira enfrenta desafios por estar no meio do Atlântico, como o de estar exposto a lixo que vem de zonas onde não é aplicada legislação nacional ou europeia (casos da costa africana e dos Estados Unidos).

nos oceanos”. Ainda assim, o biólogo marinho não considera que a Madeira seja uma zona problemática, destacando a qualidade da conservação das áreas já protegidas, embora saliente que o arquipélago enfrenta outros desafios por estar no meio do Atlântico. Entre eles, o de estar exposto a lixo que vem de zonas onde não é aplicada legislação nacional ou europeia (casos da costa africana e dos Estados Unidos), tornando-se mais difícil aplicar medidas de contenção que produzam resultados rapidamente. E há ainda o risco crescente de darem à costa objetos com bioincrustação de vida (*biofouling*), principalmente se se tratarem microrganismos e espécies não-indígenas, que se podem tornar invasoras – um problema ainda mais relevante na quase imaculada, e distante, Reserva Natural das Selvagens, se a vigilância não for regular e eficaz.

Uma boa parte do lixo marinho, no entanto, é quase invisível. Tratam-se dos micro e nanoplásticos, que devido ao tamanho reduzido e toxicidade se tornam uma das maiores ameaças à vida marinha, fruto da sua ingestão. Detetar a presença destes pequenos fragmentos também faz parte do trabalho das equipas que recolhem dados na zona intertidal. Num dos dias em que o DN acompanhou a expedição, assistiu à chegada à marina do Porto Santo da bióloga marinha Manuela Parente, investigadora auxiliar da Universidade dos Açores e perita em ficologia (estudo de algas e flora marinha). Acabou de passar as últimas três horas da manhã numa zona isolada de rocha, que fica exposta apenas durante a maré baixa, na qual a superfície irregular do terreno

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

exigia esforço físico permanente para manter o equilíbrio sem cair à água. A ferramenta base para este trabalho é uma estrutura metálica de 25 por 25 centímetros, subdividida em nove quadrículas, que é colocada em diferentes níveis do litoral costeiro. Depois, primeiro através da observação, é examinada a presença de vida. “O que nós encontramos hoje foi maioritariamente algas. Encontramos também litorinídeos (pequenos caracóis marinhos) e uma abundância muito grande de cracas”, detalha Manuela Parente.

No local, é feita uma primeira contagem de organismo vivos, mas são também guardados registos fotográficos para análise posterior em laboratório. O cruzamento destas informações permite calcular a percentagem de vida naquele ecossistema. E a sua saúde. Comparando com amostras anteriores, os investigadores percebem se houve ou não variações na biodiversidade. Quando se tratam de zonas já sob algum tipo de proteção, os resultados certificam se as medidas tomadas estão a produzir os efeitos desejados ou se é necessário adotar novos métodos. Por outro lado, se forem identificados sinais de vida com relevante interesse científico, o conjunto de dados ajuda a fundamentar propostas para um eventual alargamento ou criação de nova zona protegida. Ora, isto responde precisamente aos três pilares da expedição, que o coordenador Paulo Oliveira enumerou mais acima nesta reportagem: saber se as atuais áreas marinhas protegidas estão a funcionar; se o nível de proteção é o correto; e se há novas zonas com potencial para obter esse estatuto. O trabalho intertidal

“Quando a proteção é feita corretamente, a vida começa a crescer imediatamente nessas zonas. Mais áreas protegidas significa mais peixe. E isso significa mais pesca”, sublinha Paul Rose, da National Geographic.



O Santa Maria Manuela é a casa mãe e grande plataforma logística da expedição, abrigando investigadores e materiais.

é, assim, uma das peças que irão completar o gigantesco puzzle de informação científica que resultará do Madeira Ocean.

Democratizar a ciência com tecnologia mais barata

A articulação do trabalho científico e a ligação às diferentes entidades académicas envolvidas (locais, nacionais e internacionais) está a cargo da ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (que agrega a capacidade do MARE-Madeira e do Observatório Oceânico da Madeira). Cabe-lhe também assegurar recursos humanos especializados e os meios tecnológicos mais avançados, como drones e veículos robóticos operados remotamente (ROV's) e autónomos (AUV's), equipados com câmaras de alta definição e sensores para recolha de imagens e medição de dados em zonas profundas ou de difícil acesso para mergulhadores.

João Canning-Clode, investigador principal da agência e um dos quatro líderes da expedição (papel que reparte com o já citado Paulo Oliveira, com Emanuel Gonçalves, da Fundação Oceano Azul, e com Paul Rose, da National Geographic), acredita que o trabalho de todo este conjunto de pessoas, além de contribuir para “uma grande base de dados a nível mundial”, irá “inspirar outras nações, principalmente nações insulares, a tentarem reproduzir o que estamos a fazer aqui”. Isso também passa pelo desenvolvimento de tecnologias de baixo



Um mergulhador a tomar notas: debaixo de água também se escreve.

custo, que “democratizam a ciência”, tornando-a menos dispendiosa, logo, mais acessível. João Canning-Clode dá um exemplo prático: “Debaixo de água não existe internet. Ou seja, a maior parte das comunicações é feita com acústica. Se eu queria, por exemplo, colocar uma GoPro a 50 metros de profundidade, onde os mergulhadores normalmente não vão, isso dependia de um sensor acústico, que custa à volta de 7 a 8 mil euros. Então nós, para combater isso, desenvolvemos um mecanismo que consiste basicamente numa braçadeira plástica em que aplicamos, através de uma resina especial, uma pequena carga explosiva e um temporizador, que acionamos quando entendemos, libertando e posicionando a GoPro onde desejamos. Já o testámos a mais de 200 metros de profundidade e funcionou.

Custa-nos 70 euros”. O guião para se montar o sistema, batizado como MARS (Programmable Multipurpose Auto-Release System), foi, entretanto, publicado na revista científica *Limnology and Oceanography: Methods*, em regime de *open source*. A invenção *made in Madeira* pode, agora, ser replicada mundo fora.

Como nadar num aquário

A partilha de conhecimento é, de resto, outra âncora da expedição. E os primeiros dados que resultam desta iniciativa já permitem dizer que a estratégia adotada para as zonas protegidas está a dar resultados positivos, que tanto impactam a saúde e a vitalidade da vida marinha como podem trazer benefícios para atividades económicas ligadas ao mar, caso da pesca.

Quem o diz é Emanuel Gonçalves,

Do bacalhau à ciência: a nova vida do SMM

Construído em 1937, nos estaleiros da Companhia União Fabril (CUF), o Santa Maria Manuela nasceu para operar na pesca do bacalhau, nos mares da Terranova e da Gronelândia, mas hoje serve maioritariamente para ações de treino de mar e outras de âmbito científico, como esta expedição do Madeira Ocean, onde o lugre de quatro mastros, recuperado em 2010 e propriedade do Grupo Jerónimo Martins, atua como a grande base flutuante e espaço pedagógico da missão. Enquanto comandante do navio, João Ciriaco sintetiza ao DN os desafios que a expedição lhe coloca: “Em primeiro lugar, temos que garantir a segurança de todas as pessoas que estão aqui. E, ao mesmo tempo, garantir que conseguem trabalhar com qualidade. No fundo, o desafio é cumprir as nossas tarefas para termos a certeza que, no final da expedição, também ajudámos todas estas pessoas a realizar as delas”.

ves, administrador e coordenador científico da Fundação Oceano Azul. “Estivemos no Garajau (costa sul da Madeira), que é uma das áreas marinhas mais antigas, e de facto é possível observar ali um oceano que já não vemos no resto da Europa e no Mediterrâneo, com grandes garoupas, que ali encontram refúgio, um habitat privilegiado, e com isso aumentam a sua dimensão e, ao mesmo tempo, a sua população. E hoje viemos de um mergulho no Porto Santo que foi como mergulhar num aquário. Num ambiente onde vemos os efeitos da proteção, onde vemos todos estes cardumes que se acumulam dentro das áreas marinhas protegidas. A mensagem principal é que quando a proteção marinha é eficaz dá espaço às espécies e cria ambientes para aumentar a biomassa. Assim, vamos ter indivíduos maiores, que se reproduzem exponencialmente mais, o que vai alimentar também as áreas adjacentes, já que os peixes acabam por migrar para zonas exteriores

às protegidas, onde se desenvolvem atividades de pesca recreativa e comercial. Portanto, os indicadores científicos, um pouco por todo o mundo, mostram que a proteção resulta e que ali temos não só mais vida marinha, como mais economia a ser gerada a partir dessa vida marinha. Essa é a visão que está também subjacente ao programa Madeira Ocean e a que queremos dar corpo”, frisa ao DN.

Um dos principais públicos alvo da Fundação Oceano Azul, criada em 2015 pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos (detentora do grupo de retalho Jerónimo Martins) e a quem compete a gestão do Oceanário de Lisboa até 2045, são as gerações mais jovens. O histórico veleiro Santa Maria Manuela (SMM), um antigo bacheiro construído em 1937, que hoje pertence à Jerónimo Martins e que foi, entretanto, remodelado para uma aposta no turismo sustentável com treino de mar, é a casa mãe da expedição. É ele a base móvel que transporta materiais e cientistas durante estes dias, em que também pernoitam a bordo. No passado dia 13 esteve ancorado no Porto Santo para um dia aberto à comunidade e, entre outros visitantes, destacaram-se as largas dezenas de alunos que quiseram saber mais sobre a vida a bordo do veleiro, a sua história e sobre os objetivos e entidades envolvidas no Madeira Ocean. Foi também a partir do navio, ao largo do Porto Santo, que na manhã do dia 15 se realizou um programa em direto nos canais da Oceano Azul focado no setor da Educação, em que se inscreveram para assistir cerca de 6000 alunos da rede de escolas da fundação e do Oceanário de Lisboa.

Enquanto se preparam os equipamentos para o direto, a vida a bordo não pára. Do navio partem outras embarcações mais pequenas, em que seguem os mergulhadores da expedição para uma manhã de trabalho centrado no mapeamento do fundo marinho. Pelas 10h00, essas equipas já rumaram para as respetivas tarefas e o ritmo abrandou um pouco. Contam-se agora os minutos que restam até ao início do direto. É o próprio Emanuel Gonçalves que assume a condução deste contacto com as escolas, apresentando os objetivos da expedição e introduzindo na conversa outros protagonistas, como o comandante do SMM, João Ciriaco, e alguns dos cientistas que estão a bordo.



As tartarugas no mar da Madeira são sobretudo exemplares juvenis, que se alimentam nas águas mais temperadas do arquipélago.



Direto a bordo do Santa Maria Manuela teve cerca de 6000 alunos inscritos para assistir, de todos os pontos do país.



Transporte de uma equipa de investigadores durante a etapa da expedição que teve lugar no Porto Santo.

As escolas vão comunicando através do chat, de vários pontos do país: Atouguia da Baleia, Lisboa, Faro, Póvoa de Varzim, Santa Cruz, Venda do Pinheiro, Algueirão são dos primeiros a colocar questões. As espécies que têm na Madeira o seu habitat são as que suscitam maior curiosidade. O arquipélago, além de ser corredor para espécies migradoras no Atlântico Norte, é também refúgio de baleias-piloto e tem uma população superior a três dezenas de lobos-marinhos. Um dos episódios que mais prende a atenção dos estudantes é o relato de como, através de uma ventosa, se conseguiu tagar pela primeira vez uma baleia-de-bico-de-Blainville, o que permitirá durante seis meses recolher dados de tracking desta espécie que vive preferencialmente em áreas oceânicas profundas.

O direto conta com apoio técnico de uma equipa da National Geographic (NG), que irá, pela tarde, colaborar em mais um *live*, desta vez para os canais da organização canadiana Exploring by the Seat of Your Pants, a qual está espalhada por escolas de mais de uma centena de países focada nestas ações de contacto direto entre cientistas e alunos. A National Geographic é um dos promotores do Madeira Ocean e terá um papel central na divulgação planetária da expedição. Tem profissionais a acompanhar em permanência o desenrolar dos trabalhos

para, no final, ser produzido um documentário de longo formato, através do programa Pristine Seas, criado em 2008 com o objetivo de explorar, documentar e proteger os últimos locais verdadeiramente virgens (*pristine*) do oceano.

Paul Rose, líder da expedições da NG e um dos quatro coordenadores do Madeira Ocean, destaca o que tem sido desenvolvido na região: “A Madeira está a ser muito inteligente nesta gestão das áreas marinhas, a tomar uma série de decisões acertadas, trabalhando com as comunidades e com os pescadores para as proteger. Quando isso é feito corretamente, a vida começa a crescer imediatamente nessas zonas. Mais áreas protegidas significa mais peixe. E isso significa mais pesca. Que é também mais sustentável, até porque se usa menos combustível pois já se sabe onde estão os peixes, não é preciso andar a persegui-los”.

No *Conto da Ilha Desconhecida*, José Saramago escreveu: “É preciso sair da ilha para ver a ilha”. No caso desta expedição, e da informação que dela resultará, numa vasta radiografia a todo o ecossistema do arquipélago, a frase ganha nova luz – para ver a ilha é preciso estudá-la: do céu onde voam freiras-da-Madeira e garajaus à vida nos corais negros que residem no oceano mais profundo.

O jornalista viajou a convite da Fundação Oceano Azul

Alinhar cientistas e pescadores

A eventual criação de novas áreas marinhas protegidas, que possam vir a ser propostas na fase de implementação do programa Madeira Ocean, não se fará por imposição. Esta é, pelo menos, a garantia dada pelos coordenadores da expedição, que destacam o papel que os pescadores têm em qualquer decisão que possa ser tomada. “Estas decisões políticas não devem ser *top-down*, devem envolver todos, nomeadamente os pescadores. Nós não podemos fechar o mar só porque sim”, defende João Canning-Clode. O investigador principal da ARDITI destaca que essa articulação já se nota na expedição, que conta com o atuneiro Ponta Calhau como uma das principais embarcações de apoio aos cientistas. O barco, diz, simboliza essa aliança entre o conhecimento científico e os sa-

beres empíricos da frota: “Eles vão para o mar todos os dias e sabem onde há mais peixe ou corais. Há aqui uma sinergia quase perfeita. Nós saímos da bolha científica e eles conseguem ver, em direto através das nossas câmaras, as espécies que pescam.”

Esta colaboração também prevê um levantamento mais detalhado sobre a pesca na região, frisa, por sua vez, Paulo Oliveira, coordenador principal do Madeira Ocean. “A aquisição de conhecimento passa por saber como é a pesca na Madeira: onde, o quê e quando se pesca, e qual o impacto socioeconómico. Queremos proteger com toda a vontade, mas salvaguardando sempre a pesca artesanal efetuada pelas comunidades da Madeira, como a do peixe-espada preto ou a do atum, que é toda ela sustentável e feita à linha”, sublinha.

Rendas acessíveis e viver com idosos. Câmaras têm programas para apoiar alunos

ENSINO SUPERIOR De norte a sul do país, municípios tentam atrair jovens universitários com rendas a preço acessíveis, mas um quarto individual num alojamento estudantil privado pode chegar aos 1500 euros, em Lisboa, e aos 980, no Porto.

TEXTO CYNTHIA VALENTE

O elevado preço das rendas que são pedidas aos estudantes do Ensino Superior está a levar alguns municípios a avançar com programas de apoio e de integração de alunos em casas onde residem idosos.

O alerta para as dificuldades que as famílias de jovens que estudam fora das áreas de residência está comprovado no estudo *Portugal PBSA Report 2026* onde se revela que o arrendamento de acomodações individuais, num projeto privado de alojamento estudantil, situa-se entre os 740 e os 1500 euros, em Lisboa, e entre os 735 e os 980 euros, no Porto – valores que comprovam as dificuldades que as famílias dos estudantes sem acesso a residências públicas enfrentam.

Mas a crise na habitação, que tem estado no centro do debate público, levou já autarquias de todo o país a avançarem com programas de arrendamento acessível. Em Cascais, por exemplo, ao abrigo do programa *Habitar Cascais*, é possível aos estudantes arrendar um alojamento com valores entre os 90 e os 476 euros. A autarquia explica ao DN que estes imóveis se localizam no Mosteiro de Santa Maria do Mar, em Carcavelos, e no Cascais Living Hub, estruturas que dispõem de várias valências, como cozinha, sala de estudo, sala de convívio e acesso à rede wi-fi. Estes alojamentos em imóveis municipais a custos acessíveis, procuram “dar resposta às necessidades dos estudantes do Ensino Superior deslocados”. Podem candidatar-se estudantes deslocados, nacionais ou estrangeiros, que frequentem estabelecimentos de Ensino Superior, públicos ou privados, em Cascais.

O projeto teve início no ano letivo de 2025/2026, tendo acolhido 27 alunos do Ensino Superior neste primeiro ano de funcionamento. “No presente ano letivo, o município disponibiliza alojamento



Cascais é dos concelhos com programas para estudantes.

a 32 estudantes no Mosteiro de Santa Maria do Mar e a três estudantes no Cascais Living Hub, existindo ainda um protocolo com a EPLO (*European Public Law Organization*, organização internacional de Direito Público Europeu)”, acrescenta.

O programa, explica a autarquia, “pretende dar resposta às necessidades dos estudantes deslocados, contribuindo para melhores condições de acesso e frequência do Ensino Superior, reforçando a capacidade de Cascais para acolher e fixar estudantes”. Este município oferece também bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior residentes no concelho, com um investimento na ordem dos 1,8 milhões de euros para apoiar 1200 estudantes universitários.

Mas há concelhos onde existem medidas para os estudantes em

instituições privadas. É o caso de Vila Nova de Gaia, onde o Instituto PIAGET e a Junta de Freguesia de Gulpilhares disponibilizam duas residências de valor acessível para estudantes da instituição, com alojamento a 250 euros mensais, já com serviços de limpeza e manutenção.

Segundo o Instituto Nacional de

A par de Lisboa, Funchal, Ponta Delgada, Porto e, depois, Setúbal e Faro estão entre as cidades onde arrendar um quarto fica mais caro.

Estatística (INE), a renda mediana dos novos contratos de arrendamento na Área Metropolitana do Porto atingiu os 10,83 por metro quadrado no segundo trimestre de 2026. “Não tenho a mínima dúvida de que os elevados custos de alojamento condicionam a decisão de muitos jovens de frequentar o Ensino Superior longe de casa. A habitação não pode ser um obstáculo para quem quer estudar”, afirma Alfredo Rocha, presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares.

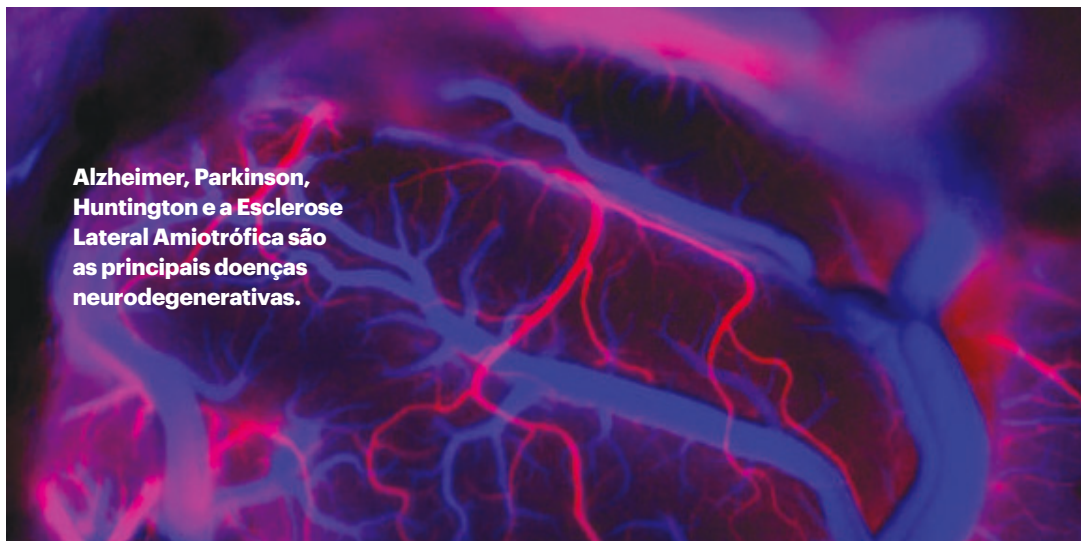
O autarca adianta que a iniciativa com o Piaget “é projeto embrionário”, mas o objetivo é que seja “o primeiro de muitos. Estamos já a pensar em aumentar este tipo de resposta, ainda este ano ou no próximo ano letivo”, conclui.

As câmaras municipais estão a apostar cada vez mais em progra-

mas de alojamento intergeracional, nos quais estudantes universitários ficam em casas de pessoas idosas com um quarto disponível. O objetivo é responder a duas necessidades: facilitar o acesso dos jovens à habitação e combater a solidão e o isolamento social dos seniores. Os programas *Conexões*, em Vila Real; *Aconchego*, no Porto; *Une. Idades*, em Lisboa; *Abraço de Gerações*, em Coimbra; *Laços para a Vida – Casa & Companhia*, em Évora; e *Unir. Gerações*, em Ponta Delgada, são alguns dos exemplos de projetos das autarquias.

Segundo o Observatório do Alojamento Estudantil, os dados mais recentes dos valores do alojamento estudantil apontam para 411 euros o preço médio por quarto em Portugal. A par de Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Porto estão entre as cidades mais caras para arrendar um quarto, sendo que o preço médio na capital é de 500 euros podendo o valor máximo atingir os 700 euros – segundo o *Índice de Preços do Alojamento Estudantil*, publicado pelo Observatório do Alojamento Estudantil.

A cidade de Ponta Delgada regista o segundo preço médio mais elevado, de 430€, seguida do Funchal (420€), e do Porto, onde um quarto custa, em média, 400€ por mês. O relatório do Observatório Estudantil identifica ainda Faro e Setúbal, ambos com um valor médio de 375€ por quarto. Em Aveiro, o preço médio é de 350€, enquanto em Braga se situa nos 330€. Coimbra apresenta uma média de 280€ por quarto. Os valores máximos identificados pelo observatório atingem os 600€ no Funchal e no Porto, os 570€ em Ponta Delgada e os 550€ em Setúbal. Em Faro, o preço máximo registado é de 500€. A análise baseia-se na recolha de informação pública de mais de 20 plataformas imobiliárias e *sites* de agências do setor, num universo de mais de 100 mil anúncios de quartos e apartamentos destinados a estudantes.



Alzheimer e Parkinson. Presidente do IPDN pede participação de tratamentos experimentais

SAÚDE Isabelle de Oliveira defende esforço financeiro urgente e alerta para a sobrecarga dos cuidadores à margem do primeiro congresso internacional do instituto, em Cascais.

TEXTO **ANDRÉ CERTÃ**

A presidente do Instituto Português das Doenças Neurodegenerativas (IPDN), Isabelle de Oliveira, defende que é urgente começar a participar os tratamentos inovadores para travar o avanço de patologias como Alzheimer e Parkinson. “Já começa a haver mais tratamentos experimentais – o problema é que ainda não são compartilhados”, afirma, sublinhando ao Diário de Notícias que “é preciso realmente começar a fazer um esforço nesse sentido”, uma vez que estas terapêuticas podem “ajudar muito o doente, sobretudo numa fase inicial”.

O apelo surge a propósito do primeiro congresso científico internacional do IPDN, realizado na Casa das Histórias Paula Rego, em Cascais. A iniciativa juntou especialistas portugueses e internacionais para abordar o futuro destas doenças e as dificuldades de quem sofre, de quem trata e também de quem cuida destas pessoas.

O evento foi destacado pela responsável como “um momento de partilha, de reflexão, cooperação em torno de um dos grandes desafios da sociedade contemporânea”, tendo

por objetivo reunir “investigadores, médicos, especialistas e profissionais de saúde nacionais e internacionais” para refletir sobre respostas de saúde possíveis.

Os números justificam a urgência: os casos de demência na União Europeia ultrapassam os nove milhões, indica o IPDN em comunicado, considerando tratar-se de “um enorme desafio de saúde pública”. Destes, cerca de 60% a 70% são causados por Alzheimer, enquanto os diagnósticos de Parkinson superam um milhão. Perante o envelhecimento demográfico, as projeções apontam para que os casos de demência possam crescer cerca de 58%, ultrapassando os 14 milhões de pessoas.

Embora o IPDN se debruce também sobre a esclerose lateral amiotrófica (ELA) e a doença de Huntington, Isabelle de Oliveira nota que é no Alzheimer e no Parkinson que se registam maiores avanços tecnológicos em direção a tratamentos experimentais – que já se encontram disponíveis, mas inacessíveis à maioria por falta de apoio público.

Entre as conclusões dos cientistas reunidos em Cascais, destacou-se ainda a necessidade

de a sociedade civil apostar em “mais campanhas de sensibilização” e na proteção do cuidador, frequentemente empurrado para o *burnout* por ausência de respostas estruturadas.

“Um doente com ELA, por exemplo, precisa de uma equipa multidisciplinar, de uma equipa desde a terapia da fala, fisioterapia, etc., que se desloque a casa”, exemplificou a presidente, lembrando os cuidadores informais que integram “um sistema invisível”: “Muitas vezes, por exemplo, um filho deixa de trabalhar para acompanhar o pai ou a mãe, e não tem ajudas nenhumas. Porque realmente acompanhar este tipo de doente é bastante pesado.”

Para a responsável, resta “muito caminho para desbravar no acompanhamento ao doente, a todos os níveis”, alertando que a falta de suporte leva ao esgotamento das famílias e a “hospitais entupidos, sem necessidade”. O investimento e o financiamento continuam, por isso, no centro da discussão. “A solução final, que acho que todos concordaram, é a parte económica. Se houver financiamento, tudo se resolve, o problema é que não há”, rematou.



A Psicologia ao serviço de todos nós Rute Agulhas

Até quando devem os pais tomar banho com os filhos?

Tomar banho com os filhos pequenos é uma prática comum em muitas famílias. Para alguns pais, é uma forma de facilitar os cuidados diários; para outros, pode ser também um momento de proximidade, brincadeira e fortalecimento dos vínculos afetivos. No entanto, uma questão surge frequentemente: até quando é apropriado manter esta prática?

Não existe uma idade universal a partir da qual os pais devem deixar de tomar banho com os filhos. O desenvolvimento das crianças varia, tal como os valores, hábitos e normas de cada família. A questão central não deve ser tanto a idade, mas sim a capacidade dos adultos para reconhecer e respeitar os sinais de autonomia, privacidade e conforto expressos pela criança.

À medida que crescem, as crianças começam a desenvolver uma maior consciência do seu corpo e da diferença entre espaços públicos e privados. É comum que, por volta dos 4 aos 6 anos, muitas crianças manifestem comportamentos que revelam uma necessidade crescente de intimidade. Podem começar a fechar a porta da casa de banho, a querer vestir-se sozinhas, a evitar estar nuas perante outras pessoas ou a fazer perguntas sobre as diferenças corporais entre adultos e crianças. Algumas ver-

balizam diretamente que preferem tomar banho sozinhas ou que não querem que alguém as veja despidas.

Estes sinais merecem ser valorizados. Quando uma criança demonstra desconforto ou procura mais privacidade, a resposta dos pais deve ser de respeito e validação. Ignorar estas manifestações pode transmitir a ideia de que os seus limites corporais não são importantes. Pelo contrário, reconhecer e respeitar a sua vontade ajuda a construir uma relação saudável com o próprio corpo e ensina uma competência fundamental: o direito a estabelecer limites.

É igualmente importante recordar que a educação para a proteção do corpo não começa quando surgem riscos, mas através das pequenas experiências quotidianas. Ensinar que todas as pessoas, incluindo os pais, devem respeitar a privacidade da criança contribui para o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da capacidade de identificar situações inadequadas.

Naturalmente, continuar a ajudar uma criança no banho por razões práticas, de segurança ou por necessidades específicas não é problemático. O que importa é que essa ajuda seja adequada à idade e ao desenvolvimento da criança, e que exista sempre atenção aos seus sinais de conforto e desconforto.

Mais do que perguntar “até que idade?”, talvez a pergunta mais útil seja: “O que me está a mostrar esta criança sobre aquilo de que precisa?” Quando os pais conseguem escutar esses sinais, transformam um momento simples da rotina numa valiosa oportunidade de promover respeito, autonomia e segurança.

Psicóloga clínica e forense, terapeuta familiar e de casal

“

Quando uma criança demonstra desconforto ou procura mais privacidade, a resposta dos pais deve ser de respeito e validação.”



Lisboa, Cascais e Oeiras continuam a ter as medianas mais altas.

PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

Habitação. Preços sobem 18,4% no segundo trimestre

HABITAÇÃO Escalada de preços perdeu força nos maiores centros urbanos e o número de transações caiu 9% à escala nacional, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. Preço mediano foi de 2445 euros por metro quadrado. Estrangeiros não-residentes pagam mais.

TEXTO **TOMÁS GONÇALVES PEREIRA**

Os preços das casas aumentaram 18,4% no segundo trimestre deste ano face a igual período do ano passado, assinalando uma variação menos vinçada do que a registada no primeiro trimestre. Nos municípios de Lisboa e Porto, o ritmo de subida perdeu intensidade.

De acordo com as últimas Estatísticas de Preços da Habitação ao Nível Local, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) na sexta-feira, 23 de outubro, houve 37.854 alojamentos familiares transacionados no segundo trimestre, com o preço mediano a fixar-se nos 2445 euros por metro quadrado (m²). O valor representa um avanço homólogo de 18,4%, desacelerando

face aos 19,8% observados nos primeiros três meses do ano. Paralelamente, o volume total de transações recuou 9% no território nacional em termos homólogos.

O preço mediano subiu com particular expressão nas sub-regiões do Médio Tejo (25,4%), Oeste (24,0%), Lezíria do Tejo e Região Autónoma dos Açores (ambas com 23,9%) e Península de

Setúbal (22,2%). Observaram-se aumentos de preços na totalidade das 26 sub-regiões NUTS III.

Os valores por metro quadrado mais elevados concentraram-se nos municípios de Lisboa (5299 euros/m²), Cascais (5200 euros/m²) e Oeiras (4704 euros/m²). Em dez dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes verificou-se uma aceleração da taxa de variação homólogo

ga face ao trimestre anterior – menos um concelho do que no arranque do ano.

As maiores acelerações deram-se em Loures (mais 9,7 pontos percentuais) e Matosinhos (mais 9,5 p.p.). Em sentido inverso, os municípios de Lisboa e do Porto registaram perdas de intensidade nas subidas (quebras de 8,9 p.p. e 5,4 p.p., respetivamente), cabendo a Guimarães a

desaceleração mais acentuada do país (menos 13,4 p.p.).

Residentes no estrangeiro pagam mais

Nos principais centros urbanos, os preços liquidados por compradores com residência fiscal no estrangeiro mantiveram-se substancialmente superiores aos dos residentes em território nacional. A discrepância atingiu 47% na Grande Lisboa e 37,5% na Área Metropolitana do Porto.

Para estes compradores internacionais, as habitações ficaram 15,7% mais caras em termos homólogos, atingindo um valor mediano de 3182 euros/m², contra uma mediana de 2421 euros/m² no caso dos compradores com domicílio fiscal em Portugal.

As cinco sub-regiões com preços acima da média nacional repetem-se no topo da tabela em ambos os grupos: Grande Lisboa (5878 euros/m² para não-residentes e 4000 euros/m² para residentes), Algarve (4143 euros e 3368 euros), Península de Setúbal (3240 euros e 3063 euros), Região Autónoma da Madeira (3611 euros e 2785 euros) e Área Metropolitana do Porto (3640 euros e 2648 euros).

Preços sobem menos para compradores institucionais

No segmento das famílias, o preço mediano situou-se nos 2493 euros/m² (um aumento homólogo de 19,3%), enquanto nos restantes setores institucionais – empresas, fundos de investimento e entidades públicas – a mediana fixou-se nos 2096 euros/m² (uma progressão de 12,0%).

Entre as cinco sub-regiões com os valores medianos mais altos, quatro registaram preços acima da média nacional em ambas as categorias de comprador: Grande Lisboa (4073 euros/m² nas famílias e 3584 euros/m² no setor institucional), Algarve (3509 euros e 3458 euros), Península de Setúbal (3128 euros e 2338 euros) e Área Metropolitana do Porto (2694 euros e 2400 euros). A Região Autónoma da Madeira (2886 euros/m² e 1995 euros/m²) também ultrapassou a referência nacional no segmento familiar.

O maior diferencial entre categorias verificou-se no Oeste, onde o valor mediano suportado pelas famílias superou o dos institucionais em 954 euros/m², uma diferença de 66,5%.

37.854

Redução No segundo trimestre, 37.854 casas foram transacionadas, ou seja, menos 9% do que um ano antes.

2445

Disparo A mediana do preço por metro quadrado ficou nos 2445 euros, 18,4% acima do observado no trimestre homólogo.

5299

Máximo O metro quadrado mais caro do país está em Lisboa. Atingiu uma mediana de 5299 euros, de abril a junho.



Infinito
Sofia Santos

O princípio do desconforto: a essência do desenvolvimento

A base da vida parece ser a procura de conforto. Fugimos do descontentamento, do incômodo. Mas a possibilidade de nos desenvolvermos enquanto sociedade passa por conseguir agir no desconforto.

A ação não nasce no vazio. Ela nasce das dificuldades, das condições adversas que enfrentamos e da capacidade de cada um, seja de agir diante do que se passa consigo ou com outro.

O desenvolvimento de uma economia depende da forma como o desconforto consegue ser transformado em ações concretas. Não apenas com contestação ou crítica, mas através de propostas efetivas de mudança.

Mas há sempre quem não escolha o desconforto. É mais confortável nada fazer. Permanece na mesma situação não por satisfação, mas por não conhecer um horizonte para além do seu dia a dia. A falta de comparação e de perspectiva cria mecanismos que nos fazem aceitar as condições que temos sem questionar, como se a vida de cada um já estivesse escrita, predestinada.

Há também quem nasça com condições, ferramentas e estruturas para que a sua voz e as suas ações possam transformar a vida em tantas dimensões.

No mundo atual é fundamental aprender e impulsionar a vivência saudável com o desconforto. O desconforto não deve ser percebido apenas para aqueles que menos têm. Na reali-

dade o desconforto deveria ser algo ensinado em todas as escolas de gestão para que os gestores pudessem pensar mais além.

Se o desconforto é o que nos leva a agir, então deveria estar presente nas posições de liderança nas empresas e na política. No contexto atual de mudanças estruturais no mundo, precisamos que quem tenha poder se sinta desconfortável para poder fazer melhor.

O empreendedorismo pode ser visto como uma forma de gerir o desconforto: criar algo para resolver um problema, criar algo para promover a mudança.

Entre tantas discussões e teorias sobre sustentabilidade, compreender a importância dos desconforto é fundamental.

Enquanto os indicadores de desenvolvimento humano no Sul Global não refletirem condições suficientes para que as pessoas tenham uma vida digna, não há espaço para descanso. É preciso que exista um desconforto capaz de impulsionar as nossas ações para promover o desenvolvimento daqueles que, estando longe de nós, permitem a qualidade das nossas vidas no Norte Global.

Em 2025, cerca de 645 milhões de pessoas enfrentavam a fome; 3,4 mil milhões não tinham acesso a saneamento gerido de forma segura; 273 milhões de crianças e jovens estavam fora da escola; e 3,4 mil milhões de pessoas não tinham acesso a uma habitação adequada. Num cenário destes, não há espaço para falar em conforto pleno.

As oportunidades económicas para o Norte Global passam pela possibilidade de compreender outras realidades, encontrar soluções que fazem sentido a longo prazo. Pensar apenas no lucro a curto prazo inviabiliza a continuidade da espécie humana no planeta. O empreendedorismo defendido por Adam Smith poderá fazer parte da solução.

PhD, CEO da Systemic



O próximo movimento
Bruno Valverde Cota

1. O CEO fala. Quem se atreve a discordar?

A reunião correu extraordinariamente bem. Apresentei uma ideia. Ninguém discordou. Os responsáveis concordaram, os argumentos pareceram sólidos e saí com aquela sensação confortável de que estávamos todos alinhados. Mas há uma pergunta que, com os anos, aprendi a fazer a mim próprio:

Concordaram comigo ou concordaram com o CEO?

A diferença pode valer milhões.

Nas empresas, o silêncio tem uma reputação injustamente positiva. Confundimo-lo com disciplina, alinhamento e confiança. Mas, por vezes, é apenas medo bem-educado.

O problema não é exclusivo das organizações autoritárias. Pode existir em empresas modernas, com boas pessoas, reuniões participativas e líderes genuinamente disponíveis para ouvir.

Porque a autoridade altera uma conversa antes mesmo de alguém abrir a boca.

Em 2026, o debate americano sobre a voz pública dos CEOs ganhou nova intensidade. Scott Kirby, da United Airlines, defendeu impostos mais elevados sobre grandes fortunas e heranças, provocando controvérsia. A questão que me interessa não é se tinha razão. É perceber como o peso da voz de um líder pode transformar a liberdade de resposta dos outros.

Em Portugal, onde tantas empresas nasceram da visão e persistência dos seus fundadores, esta pergunta merece particular atenção.

O fundador conhece o negócio. Arriscou património. Tomou decisões difíceis. Ganhou autoridade.

Mas ter construído uma empresa não significa ter construído a verdade.

Amartya Sen, Nobel da Economia em 1998, dedicou parte da sua obra à liberdade e à capacidade efetiva de escolha. A sua reflexão ajuda-nos a distinguir entre ter o direito formal de discordar e sentir que podemos fazê-lo sem pagar um preço.

É a esse preço que proponho chamar dívida de verdade.

Não aparece na contabilidade. Surge quando um engenheiro não questiona uma decisão técnica, quando um diretor omite um risco ou quando alguém percebe que discordar pode ser interpretado como falta de lealdade.

O mais perigoso é que o CEO raramente recebe a fatura diretamente.

Recebe-a sob a forma de decisões aparentemente consensuais que, meses depois, ninguém reconhece como suas.

E não basta dizer “a minha porta está sempre aberta”. Uma porta aberta não elimina a diferença de poder entre quem entra e quem decide.

Precisamos de mudar o próprio processo.

Antes de decisões relevantes, o CEO deve apresentar a hipótese, não a conclusão. Quem fala primeiro condiciona o que os outros se atrevem a dizer.

Depois, instituir um contraditor designado, rotativo e protegido: alguém cuja função é procurar o argumento que falta, não confirmar o que já foi decidido.

Finalmente, registar as objeções relevantes e revisita-las quando os resultados chegarem. Não para encontrar culpados, mas para perceber que alertas ignorámos.

O objetivo não é premiar quem discorda mais. É evitar que a organização confunda obediência com inteligência.

Há líderes que medem a sua influência pelo número de pessoas que os seguem.

Talvez devêssemos medi-la também pelo número de pessoas que conseguem contrariá-los.

Porque a pior notícia para um CEO não é ouvir “está errado”.

É descobrir demasiado tarde que alguém sabia disso e não se atreveu a dizê-lo.

Doutorado em Gestão e executivo internacional

“

No contexto atual de mudanças estruturais no mundo, precisamos que quem tenha poder se sinta desconfortável para poder fazer melhor.”



O DN Brasil é uma seção semanal e um site do Diário de Notícias dedicada à comunidade brasileira que vive ou pretende viver em Portugal. Os textos são escritos em português do Brasil.



Votação em Lisboa ficou marcada por vários momentos de tensão, com necessidade de intervenção da PSP.



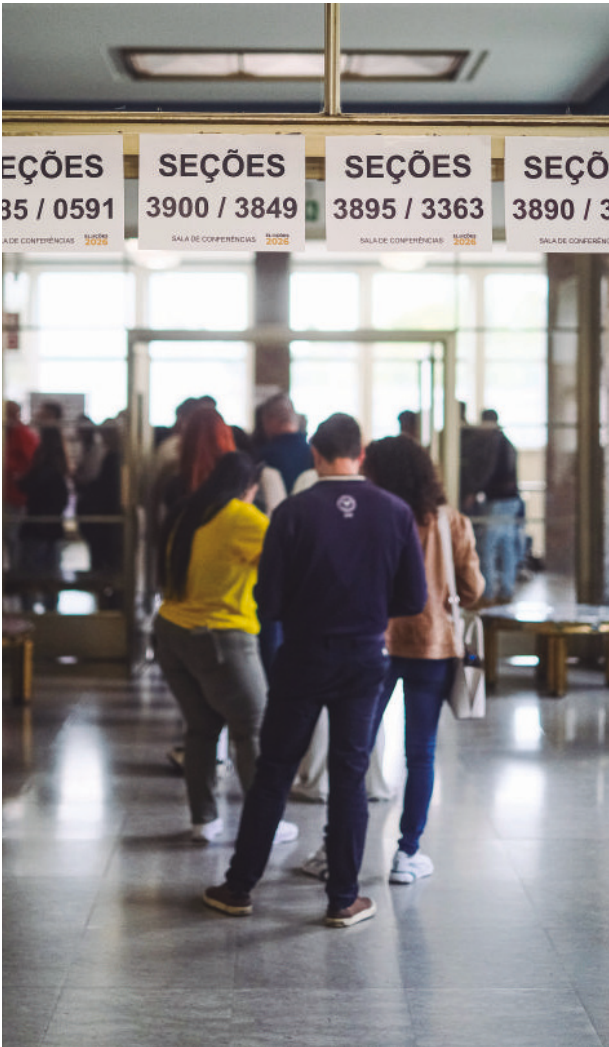
Quase 500 voluntários participaram do pleito na capital.



Cônsul Alssandro Candeias e embaixador Raimundo Carreiro.



Filas andaram rápido na maior parte das seções.



Participação foi maior do que no primeiro turno.

TENSÃO MARCA VOTAÇÃO EM LISBOA

TEXTO: AMANDA LIMA
FOTOS: LEONARDO NEGRÃO

A votação em Lisboa ocorreu em um cenário bastante diferente do que no primeiro turno. A participação do eleitorado foi maior, mas também houve um clima de tensão em vários momentos. Até o fecho deste texto, os números disponíveis sobre a abstenção haviam caído. Em entrevista ao DN Brasil, o conselheiro-geral do Brasil, Alessandro Candeas, estimou uma participação de 50% nas urnas, enquanto no primeiro turno este número foi de 36%. Sobre a tensão do dia, a Polícia de Segurança Pública (PSP) teve que formar uma barreira de separação entre os dois grupos. Durante todo o dia, apoiadores de Flávio Bolsonaro e Lula trocaram insultos, palavras de ordem e gritos. Em outro momento, uma eleitora de 17 anos foi agredida. Segundo apurou o DN Brasil, a vítima é uma jovem apoiadora de Lula, que foi agredida por um apoiador de Flávio Bolsonaro. A agressão foi registrada por várias testemunhas e o caso está sendo investigado. “A prioridade foi socorrer a vítima”, afirmou Candeas, que esteve com a vítima e a PSP durante o atendimento médico. O diplomata considerou o caso “muito grave” e que “não ficará impune”. No primeiro turno, Lula foi o candidato mais votado em duas das três cidades com votos em Portugal no dia 04 de outubro. No Porto, Lula foi também o candidato mais votado no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras, com 10.356 votos (52,49%). Em Faro o candidato Flávio Bolsonaro foi o mais votado.

Da segurança à economia, cinco desafios do próximo presidente do Brasil

FUTURO Um país dividido, juros estratosféricos, a oportunidade e os perigos das terras raras, posição na disputa entre Washington e Pequim e combate a PCC e outras organizações criminosas na agenda até 2030.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**, SÃO PAULO

O Brasil entra hoje num novo ciclo da sua história com problemas antigos e novos para resolver. O presidente da República de 5 de janeiro de 2027, dia da posse, até outubro de 2030, data das próximas eleições, tem, acima de tudo, um desafio na política partidária, dois na economia, um que se arrasta e outro que surge no horizonte, um na política externa e um na política interna. Vamos analisá-los por essa ordem.

Pacificar país polarizado

O próximo presidente terá de governar um país dividido entre lulismo e bolsonarismo, num ambiente em que a disputa política contamina as relações sociais, as instituições e o debate público.

“Direita e esquerda são referências legítimas da democracia”, defende o consultor de comunicação e gestão estratégica Marcello D’Ángelo. “Representam visões distintas sobre o papel do Estado,

a economia, as liberdades individuais e a organização da sociedade. O problema não está na divergência mas quando a divergência deixa de servir à construção de soluções e passa a existir só para derrotar, desmoralizar ou eliminar o outro. Não é pluralismo. É tribalismo”, acrescenta no *site* Poder360.

Nesse contexto, o desafio do presidente será governar também para os eleitores do adversário, reduzir a tensão entre o governo que dirige, um Congresso a exigir negociações complexas para formar maiorias e um Supremo Tribunal Federal em plena crise de confiança institucional.

Reduzir as taxas de juro

Com o custo do crédito elevado, o próximo presidente do Brasil terá de criar condições para uma redução sustentável das taxas de juro — o país tem a maior do mundo em juros reais, 8,45% descontada a inflação esperada, e a quarta em juros nominais, atrás de Turquia, Ar-

gentina e Rússia, segundo análise do Banco Central a 40 das economias mais fortes.

“Levar a inflação a 3% é o melhor caminho para reduzir os juros”, opinou Solange Srouf, diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management, no jornal *Folha de S. Paulo*.

O desafio económico, entretanto, não se esgota aí: para aumentar a produtividade, o país tem de atrair investimento, modernizar infraestruturas e estimular a indústria. Mas tudo com criação de emprego de qualidade e melhoria do rendimento para que o crescimento não fique limitado aos indicadores macroeconómicos e chegue às famílias.

Aproveitar minerais estratégicos

Em paralelo, o Brasil reúne condições para se beneficiar da transformação energética mundial: tem matriz elétrica limpa, capacidade de produção de energia renovável,

potencial para hidrogénio de baixo carbono e reservas de minerais essenciais às novas tecnologias, como o lítio, o níquel, o grafite e as terras raras.

Mas possuir recursos naturais não garante, por si só, desenvolvimento, conforme alerta Mauro Barros, sócio fundador da Ore Investments, gestora especializada em mineração. “O Brasil tem todos os elementos para a construção desse ecossistema, reservas, escala, procura interna e global, localização geográfica estratégica, energia limpa e barata e histórico de classe mundial em algumas *commodities*, mas há três frentes de obstáculos concentrados: licenciamento ambiental, acesso a capital e verticalização”, escreve no *site* Brazil Journal.

O desafio é, portanto, transformar vantagens em produção industrial, tecnologia, investigação e empregos qualificados, em vez de se limitar à exportação de matérias-primas.

Equilibrar relações com EUA, China e Europa

Num contexto de rivalidade crescente entre Washington e Pequim, o Brasil terá de preservar a autonomia diplomática sem perder oportunidades comerciais, tecnológicas e de investimento. “A questão relevante não é a equidistância mas a capacidade de impedir que a política externa brasileira seja definida pelas dependências económicas, tecnológicas e financeiras acumuladas em relação a ambos”, escreveu o professor de história Guilherme Diniz, no UOL.

A China é um parceiro central para as exportações brasileiras, sobretudo de produtos agrícolas e matérias-primas, enquanto os EUA continuam a ser relevantes para o investimento, a tecnologia, as finanças e a segurança económica.

Por outro lado, a Europa, no contexto do acordo Mercosul-UE, é um mercado importante e um interlocutor decisivo nas questões climáticas e regulatórias.

Combate ao crime organizado

O avanço das fações criminosas e das milícias é um desafio de segurança pública mas também de economia e de política. Organizações como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho envolveram-se no tráfico de drogas, em extorsões, contrabando e lavagem de dinheiro e infiltraram-se em atividades económicas legais e nas instituições do Estado.

E, como atravessa fronteiras estaduais e nacionais, o problema exige coordenação entre Brasília, estados e municípios, com inteligência policial e combate aos circuitos financeiros que sustentam as organizações. “É preciso um pacto nacional contra o crime”, resumiu a propósito, no jornal *Folha de S. Paulo*, o sociólogo e escritor Muniz Sodré.

A dificuldade, entretanto, será conciliar resultados visíveis com respeito pelo Estado de direito.



Quem se sentar no palácio do Planalto tem vários desafios pela frente.



Andy Burnham deixou claro que será preciso um novo referendo para o país voltar ao bloco comunitário.

EPA/NEIL HALL / POOL

Burnham aberto à livre circulação com a UE

EUROPA Líder britânico diz que esta não é uma “linha vermelha” para o seu governo nas negociações com Bruxelas sobre um regresso ao bloco.

TEXTO ANA MEIRELES

O primeiro-ministro britânico mostrou ontem abertura para retomar a livre circulação entre o Reino Unido e a União Europeia, garantindo que esta não seria uma “linha vermelha” nas negociações entre Londres e Bruxelas, já que as tendências migratórias mudaram desde o referendo do *Brexit*, há dez anos. Mesmo assim, garante que ainda é cedo para “adotar uma posição definitiva”, mas que é preciso ter “uma conversa honesta sobre estas questões”.

“A livre circulação trazia desafios muito significativos, e falei sobre eles durante o meu período anterior no Parlamento”, disse Andy Burnham ao *Sunday Times*. “Mas, ao mesmo tempo, era um tipo de imigração que talvez não fosse tão difícil [como é hoje]. Uma imigração de ‘porta giratória’, em que as pessoas vinham e depois voltavam, é algo diferente. A dinâmica migratória mudou desde então, não é? Acho que precisamos de ter uma conversa honesta sobre estas questões”.

Estas declarações surgem a menos de um mês da realização em Bruxelas da segunda cimeira entre a União Europeia e o

Reino Unido, encontro inicialmente agendado para maio e adiado devido à demissão de Keir Starmer.

Burnham recordou o exemplo do seu pai, Roy, que beneficiou das regras da UE nos anos de 1990 para trabalhar na Alemanha. “Ele foi para lá e ajudou a implementar grande parte da infraestrutura original de telefonia móvel na Alemanha. Pode-se dizer que isso fez parte da era *Auf Wiedersehen, Pet*, um período em que as pessoas aqui enfrentavam dificuldades. Acredito que isso tenha caído no esquecimento, já que, a partir dos anos 2000, a necessidade de sair do Reino Unido em busca de trabalho tornou-se menos frequente; contudo, nas décadas de 1980 e 1990,

Burnham recordou o exemplo do seu pai, Roy, que beneficiou das regras da UE nos anos de 1990 para trabalhar na Alemanha.

era, de facto, uma questão, pois as pessoas precisavam de viajar para encontrar emprego. Por isso, creio que precisamos de uma discussão mais abrangente sobre o tema”, lembrou o primeiro-ministro britânico ao *Sunday Times*.

O trabalhista enumerou ainda outra desvantagem para o Reino Unido, notando que Londres, desde que deixou o bloco, perdeu o acesso ao Eurodac, a base de dados central da UE para a gestão biométrica e de migração. “Considere o que perdemos: a capacidade de integrar o Eurodac e toda a colaboração de dados em torno da migração. É necessário analisar o cenário como um todo, em vez de nos focarmos apenas na livre circulação.”

Burnham referiu que será preciso um novo referendo para regressar à UE, mas não necessariamente para aderir ao mercado único ou à união aduaneira. “Vejo com bons olhos laços mais estreitos com a Europa, e não escondo isso. Acredito que isso contribuirá para o PIB britânico. Acredito que nos dará um controlo mais eficaz sobre a migração. Quero apresentar esses argumentos”.

Sindicatos e movimentos sociais agendam novos protestos em França

MANIFESTAÇÕES A partir da próxima sexta-feira e até dezembro são vários os atos já anunciados.

TEXTO ANA MEIRELES

Sindicatos e movimentos sociais ligados aos protestos em França anunciaram ontem a convocação de novas manifestações, procurando manter a pressão sobre o governo e o presidente Emmanuel Macron. Um anúncio feito um dia depois de atos realizados em todo o país no sábado – o Ministério do Interior disse que 410 mil pessoas participaram nas marchas, que foram acompanhadas por 70 mil polícias. Cerca de 1300 pessoas foram detidas.

“Enquanto a raiva persistir, continuaremos a expressá-la de forma cada vez mais alta e contundente, na tentativa de a transformar em medidas concretas, o que, até agora, não aconteceu”, declarou Cédric Caubère, secretário-geral da confederação sindical UD CGT31. “Estamos a caminhar para uma mudança radical: a partir de 5 de novembro, passaremos a realizar ações e greves dentro das empresas.”

Os dirigentes sindicais convocaram também protestos para o próximo sábado e uma greve nacional para o dia 5 de novembro, afirmando que a frustração com os salários, o custo de vida e os serviços públicos está a alastrar para além do movimento estudan-

til que iniciou os protestos em setembro.

O movimento dos “coletes amarelos”, por seu turno, convocou “panelaços” em frente à Assembleia Nacional, na noite da próxima sexta-feira “em defesa das liberdades públicas”, denunciando uma “deriva autoritária” por parte do governo através de medidas como a proibição de manifestações, a imposição de recolher obrigatório e o encerramento de centros urbanos.

Este movimento social convocou ainda uma outra mobilização, em nome da mesma “defesa das liberdades públicas”, para o dia seguinte, 31 de outubro, uma semana depois das manifestações deste último sábado, e que constará de atos e ocupações pacíficas em frente à Assembleia Nacional e às câmaras municipais. A 4 de dezembro será a vez de os bombeiros se mobilizarem, respondendo a um apelo dos seus sindicatos, com o “depósito de capacetes perante as autarquias”.

Os media franceses notavam ontem que dois dias depois, a 2 de novembro, é a data marcada para o regresso às aulas, o que poderá vir acompanhado de uma nova mobilização em força dos alunos do ensino secundário.



Protesto de sábado em Paris contra o aumento do custo de vida.

EPA/FIRAS ABDULLAH



Cartaz publicitário de um canal de televisão israelita, com as fotos de Eisenkot e Netanyahu.

Israel: o general enlutado vs. o dinossauro político

ELEIÇÕES Sondagens apontam para um empate entre o bloco liderado pelo ex-chefe das IDF Gadi Eisenkot e o encabeçado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que já passou quase 19 anos no poder.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Os eleitores israelitas vão às urnas amanhã para eleger os 120 membros do Knesset – e consequentemente o próximo primeiro-ministro de Israel. Apesar de haver mais de três dezenas de listas eleitorais em jogo, a luta parece resumir-se a duas pessoas: o atual chefe de governo, Benjamin Netanyahu, o dinossauro político que já passou quase 19 anos no poder; ou Gadi Eisenkot, o general que esteve à frente das Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) e que perdeu um filho (e dois sobrinhos) na guerra em Gaza.

As sondagens dão um empate técnico entre os dois campos: o dos partidos que fazem parte da atual coligação de governo, liderada pelo Likud de Netanyahu, e o bloco da oposição, encabeçada

pelo Yashar (que Eisenkot criou há pouco mais de um ano). Ambos podem eleger 51 deputados, ficando alguém da maioria absoluta de 61.

Os partidos árabes, que não estão alinhados com nenhum dos campos, podem eleger 14, enquanto a aliança entre Os Reservistas e o Novo Partido Econômico podem chegar aos quatro (se conseguirem ultrapassar os 3,25% de votos para garantir a entrada no Knesset). O verdadeiro desafio vai começar depois de serem contados os votos, quando for preciso negociar uma nova coligação de governo. Mas quem a vai liderar?

Aos 77 anos, Netanyahu é um sobrevivente político. Depois de quatro anos como embaixador de Israel nas Nações Unidas, foi eleito deputado pela primeira vez

em 1988. Líder do Likud desde 1993, Bibi (como é conhecido) chegou a primeiro-ministro em 1996. Três anos depois, caiu num voto de confiança e perdeu as eleições. Pensava-se que a sua carreira tinha acabado, mas regressou ao poder uma década depois, em 2009. Passou por várias crises governativas e longos períodos de impasse político, incluindo um acordo para “alter-

Eisenkot chegou a estar do mesmo lado de Netanyahu, tendo integrado o governo de unidade após o atentado do Hamas.

nar” no poder com Benny Gantz (que nunca se concretizou para este último).

Netanyahu, que voltou à oposição entre junho de 2021 e dezembro de 2022, sobreviveu a tudo e chega a este novo desafio eleitoral ainda a responder em tribunal por corrupção, fraude e abuso de confiança. Se conseguir ser eleito primeiro-ministro irá continuar a somar tempo ao recorde de mais tempo no poder, tendo em 2019 ultrapassado o que era de David Ben-Gurion, o pai fundador de Israel.

Um general de 66 anos descendente de judeus marroquinos (e não da elite asquenaze de origem europeia que tem dominado a política israelita) poderá contudo estragar-lhe os planos. Eisenkot chegou à política em 2022, juntando-se à coligação centrista Unidade Nacional de Gantz e Gideon Sa’ar, três anos depois de deixar as IDF. Era militar há quatro décadas, tendo-se alistado em 1978 na Brigada Golani, de infantaria, e ascendido até se tornar general de quatro estrelas e chefe do Estado-maior das IDF (cargo que ocupou entre 2015 e 2019).

Eleito deputado em 2022, acabaria por fazer parte junto com Gantz do governo de unidade nacional de Netanyahu, criado após os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023 (nos quais 1200 pessoas morreram e que desencadearam a guerra na Faixa de Gaza). Eisenkot integrou o gabinete de guerra como observador, saindo em junho de 2024 depois de divergências sobre a estratégia política para o pós-guerra. Isto num conflito que se tornou pessoal para o próprio Eisenkot.

Gal Eisenkot, o filho mais novo do general, era reservista e foi morto em combate no norte da Faixa de Gaza a 7 de dezembro de 2023. Tinha 25 anos. A tragédia não ficou por aí: no dia seguinte, um dos seus sobrinhos, Maor Cohen Eisenkot, de 19 anos, foi morto em Khan Yunis. Outro sobrinho, Yogev Pazy, comandante de pelotão na Brigada Kfir, também foi morto em Gaza, em novembro de 2024. Tinha 22 anos.

Eisenkot explicou que a perda do filho alimentou a sua determinação em trabalhar para reparar o país. “Quero canalizar esta perda para algo positivo, para um lugar de dignidade, para dar continuidade ao seu legado”, disse na cerimónia que assinalou os dois anos da morte do filho, segundo o jornal *Jerusalem Post*.

OUTROS CANDIDATOS

ITAMAR BEN-GVIR

O líder do Poder Judaico, de extrema-direita, é ministro da Segurança Nacional desde 2022. Agora quer a pasta da Defesa, mas o primeiro-ministro já rejeitou, com Ben-Gvir a acusá-lo de estar a planear afastá-lo e chegar a acordo com Gadi Eisenkot.

BEZALEL SMOTRICH

O ministro das Finanças, do Partido Sionista Religioso (extrema-direita), concorre aliado com os libertários do Zehur, para evitar maior desperdício de votos à direita. Smotrich também quer a Defesa ou maior poder na Segurança ou colonatos.

ULTRA-ORTODOXOS

Netanyahu está no poder porque teve o apoio dos partidos ultra-ortodoxos Shas, de Aryeh Deri, e o Judaísmo Unido da Torá, de Ya’akov Asher. Ambos deixaram entretanto o governo, em desacordo com a questão do serviço militar obrigatório passar a incluir os ultra-ortodoxos. Mas o Shas manteve o apoio no Knesset.

NAFTALI BENNETT

Foi primeiro-ministro entre 2021 e 2022 e espera voltar a derrubar Netanyahu com a lista Juntos, que inclui Yair Lapid – o líder da oposição, do partido Yesh Atid (Há Futuro), que chegou a liderar o governo interino em 2022.

YAIR GOLAN

Como Eisenkot é um antigo militar. Lidera o partido Os Democratas (da esquerda sionista, uma fusão do Partido Trabalhista com o Meretz).

AVIGDOR LIEBERMAN

Já foi chefe da diplomacia, ministro da Defesa e ministro das Finanças. Lidera o partido Yisrael Beytenu (Israel é a Nossa Casa).

MANSOUR ABBAS

O líder do partido árabe Ra’am (não confundir com a Lista Conjunta, de Yousef Jabareen) chegou a ser ministro sem pasta no governo de Bennett. O próximo governo poderá precisar da abstenção dos deputados que eleger.



PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

João Vale de Almeida

“Politicamente não podemos dizer não à Ucrânia, mas não podemos fazer um alargamento às cegas”

EUROPA Curador da conferência “40 anos de Portugal Europeu. O que se segue?” (hoje às 14:30 no Técnico Innovation Center), João Vale de Almeida falou ao DN sobre os desafios da União Europeia, entre a ameaça russa e o afastamento da América. O antigo embaixador da UE nos EUA, na ONU e no Reino Unido garante que se dependesse dele os britânicos voltavam à União “amanhã”, mas admite que processo de reaproximação será longo e complexo.

TEXTO HELENA TECEDERO

Há 40 anos, Portugal entrava na CEE, no culminar de um processo de consolidação democrática, acompanhado por Espanha, também ela saída de uma ditadura. A perspectiva de adesão continua a ser um dos instrumentos mais eficazes de consolidação democrática no continente europeu?

Sem qualquer dúvida. Deixe-me pôr isto no contexto da minha própria geração. Eu tinha 17 anos no 25 de Abril. Para a minha geração, antes de mais era preciso liberdade e democracia. Mas, pelo menos na minha visão, para que Portugal desenvolvesse todo o seu potencial era preciso a participação como Estado-membro do que é agora a União Europeia. Portanto, eu vejo uma relação direta entre liberdade, democracia e Europa. E é isso que estes 40 anos representam, essa tripla dimensão. É evidente para mim que o projeto europeu tem uma componente de liberdade e democracia, de direitos humanos, de solidariedade, de tolerância, todos estes valores associados à própria UE. Esta é uma razão de fundo e um fator decisivo na vontade dos países se integrem na União. Veja o alargamen-

to de 2004, onde oito países da Europa Central e Oriental, que estavam anteriormente por detrás da Cortina de Ferro, mais Chipre e Malta, e, dois anos depois, a Bulgária e a Roménia, portanto, dez países que estavam do lado de lá da Cortina. Para eles era fundamental para o seu futuro integrarem-se no espaço europeu. Os acontecimentos mais recentes vieram confirmar a sabedoria dessa vontade. Imagine o que seriam agora os países bálticos se não estivessem na UE. Há uma associação direta, como há uma associação direta à ideia de paz. A Europa nasceu para consolidar a paz e evitar que houvesse novas guerras no nosso território.

Em 1986, com a entrada de Portugal e Espanha, a então CEE passava a ter 12 membros. Hoje, a UE tem 27 e prepara-se para novos alargamentos. É possível uma União mais alargada sem perder capacidade de decisão e de ação?

Essa é uma pergunta de um milhão não de dólares mas de euros. Porque tem sido um desafio permanente da UE alargar sem descaracterizar, alargar e aprofundar ao mesmo tempo. Até agora o balanço que faço é posi-

tivo. Quintuplicámos quase o número de países e aprofundámos o projeto da UE. O preço é uma maior diversidade, uma maior diversificação de interesses entre os Estados e uma gestão mais complexa. É preciso um maior esforço para chegar a consensos e, quando a decisão tem que ser por unanimidade, para evitar veto de países. É um esforço maior, mas a meu ver, compensa, porque temos hoje uma UE de dimensão continental, com quase 500 milhões de habitantes, que pesa substancialmente mais na cena internacional do que pesavam os seis Estados fundadores.

Uma UE a 30 ou mais membros será inevitavelmente uma UE a várias velocidades?

Não excluo isso. O alargamento pode ser visto do ponto de vista apenas aritmético, mas também tem que ser visto do ponto de vista qualitativo. Estamos, obviamente, a falar da eventual adesão da Ucrânia. A Ucrânia não é um país qualquer, quer em termos de dimensão, de características, quer pelo facto de estar ainda em guerra. E se aderir à UE terá saído de uma guerra muito traumatizante. Eu acho que politicamente não podemos dizer não à Ucrânia, mas não podemos fazer um alargamento às cegas, não podemos pôr em causa a estabilidade do nosso edifício, se as suas fundações não puderem aguentar esse peso adicional. Sem perder o imperativo político que é trazer os ucranianos para a família europeia, temos de agir de forma inteligente. Não quer necessariamente dizer que seja uma Europa a várias velocidades, pode ser uma Europa com uma construção mais sofisticada, em que alguns países passam a avançar mais, ou mais rapidamente do que outros, mas que a integração de um país se faça de uma forma gradual. Nós próprios, em Portugal, tivemos um período de transição e há um processo de pré-adesão que também prepara a entrada dos países. Talvez neste caso não tenhamos condições políticas para fazer uma pré-adesão muito longa, mas talvez possamos no pós-adesão encontrar mecanismos que reduzam o impacto mais complicado de uma adesão de um país como a Ucrânia. A questão dos Balcãs põe outro tipo de problema. É um alargamento a meu ver imperativo, mas não deixa de

ser complexo. Se considerarmos os países agora candidatos, os Balcãs são uma região complicada, a Ucrânia e a Moldavia estão numa situação difícil por causa da ameaça russa, portanto, é diferente do alargamento à Áustria, à Finlândia e à Suécia.

Foi o primeiro embaixador da UE no Reino Unido depois do Brexit. Agora parece ganhar força a possibilidade de um regresso do Reino Unido à União. Seria desejável e politicamente realista, ou a relação poderá aprofundar-se sem que o Reino Unido volte a ser membro?

O meu cenário ideal seria que o Reino Unido voltasse à UE, quanto mais cedo melhor. O cenário realista tem que ser um bocadinho menos ambicioso, porque o nosso divórcio foi litigioso e traumático, deixou marcas de um lado e do outro, e interrompeu uma relação de quase 50 anos. Nos próximos anos é preciso reaproximar o máximo possível o Reino Unido da UE, criar condições de confiança mútua e de cooperação em questões de interesse mútuo, criar níveis de confiança maiores e níveis de intimidade maiores. Vai haver uma cimeira agora em novembro, onde se vai falar do que no jargão chamamos “reset”, ou seja, restabelecer ou reavaliar e relançar a relação com o Reino Unido. A questão fundamental é a segurança e defesa, porque estamos ambos confrontados com, por um lado, a ameaça russa e, por outro, um afastamento dos EUA. Portanto, há questões que devem ser prioritárias: temos a grande questão económica, como é que gerimos as relações comerciais, a questão da energia, a questão das pessoas, dos estudantes, da mobilidade entre a UE e o Reino Unido. É um processo que vai ser gradual e, a certa altura, os cidadãos britânicos vão ter que tomar uma decisão se querem reverter o Brexit ou não. E quando essa decisão for tomada, a UE vai ter que considerar o pedido britânico e que ver em que modalidades é que esse regresso se fará. Portanto, eu adoraria que eles voltassem amanhã, mas tenho consciência que não podem voltar amanhã, nem no próximo ano e que o processo vai ser complexo por natureza. Logo temos sobretudo que assegurar uma reaproximação a todos os níveis.

A ameaça russa fez a UE olhar mais para o seu flanco Leste. Teve oportunidade na sua

“O que eu espero é que num futuro o mais próximo possível, possa haver de novo paz na Ucrânia e possamos reavaliar a nossa relação com a Rússia. A geografia não muda, a Rússia vai ser sempre o nosso grande vizinho do leste, como nós vamos ser sempre o grande vizinho ocidental da Rússia.”

“A Aliança Transatlântica é absolutamente indispensável para os europeus. Não podemos hipotecar a importância da relação transatlântica em termos históricos às vicissitudes dos ciclos eleitorais americanos.”

carreira de estar várias vezes com Vladimir Putin. Quando olha para trás, consegue identificar um momento em que a Europa poderia ter percebido a dimensão da ameaça russa e agido de outra forma?

Eu acho que há dois períodos diferentes. Há um período antes da anexação da Crimeia e um depois da anexação. No período antes da anexação, talvez até antes da invasão parcial da Geórgia em 2008, houve um processo de grande aproximação entre a UE e a Federação Russa, que a meu ver poderia ter sido melhor aproveitado pelas autoridades russas para modernizar o país, para o tornar mais aberto ao Ocidente. Depois de 2014, da anexação da Crimeia, foi o Ocidente que terá sido demasiado suave com o senhor Putin. Mas recuso totalmente a ideia que se possa atribuir ao Ocidente alguma culpa pelo que se está a passar na Ucrânia. O senhor Putin não tem desculpa nenhuma, o que se está a passar na Ucrânia é

da exclusiva responsabilidade dele. O que eu espero é que num futuro o mais próximo possível, possa haver de novo paz na Ucrânia e possamos reavaliar a nossa relação com a Rússia. A geografia não muda, a Rússia vai ser sempre o nosso grande vizinho do leste, como nós vamos ser sempre o grande vizinho ocidental da Rússia. Portanto, espero que num futuro não muito longe possamos voltar ao espírito do que tentámos fazer antes de 2008, quando eu era chefe de gabinete do José Manuel Durão Barroso e tínhamos duas cimeiras anuais com a Rússia. Era o único país com o qual tínhamos duas cimeiras anuais. No meu livro [O Divórcio das Nações] falo sobre isso. E digo que o senhor Putin escolheu o lado escuro da Rússia, quando poderia ter escolhido o lado brilhante da Rússia. Esse lado brilhante para mim seria uma aproximação real à UE a todos os níveis. Mas a escolha foi feita por ele e é ele que tem que ser responsabilizado por isso.

Em dezembro dizia, em entrevista ao DN, que a Europa “não deve desistir da América de forma irresponsável e precipitada”. A relação transatlântica é mais forte do que quem quer que se sente na Sala Oval?

Sim, eu acho que o senhor Trump é temporário. Um dia vai sair. Portanto, temos que ter uma visão mais a longo prazo. Segunda consideração, a Aliança Transatlântica é absolutamente indispensável para os europeus. Não podemos hipotecar a importância da relação transatlântica em termos históricos às vicissitudes dos ciclos eleitorais americanos. Terceiro aspecto: temos de ter consciência que muito provavelmente nada voltará a ser como antes em termos da responsabilidade dos EUA em relação à segurança europeia. Os europeus têm que assumir a sua própria defesa e segurança de uma forma mais vinçada porque nada será como dantes em termos da disponibilidade dos americanos para serem o polícia do mundo e de assumirem responsabilidades na gestão da ordem internacional. Isto quer dizer que haverá mais responsabilidade para os europeus, não só na gestão dos seus interesses, mas também na sua contribuição para uma ordem internacional equilibrada. Daí que eu diga que é muito cedo para desistirmos dos EUA.

Em O Divórcio das Nações analisa a crise da ordem internacional. A China está a ser uma das grandes beneficiárias da deterioração das relações entre os EUA e a Europa?

Eu acho que sim. A Rússia também beneficia, mas a China, claramente. Se olharmos para o grande puzzle das relações internacionais, temos uma potência ascendente, que já não é emergente, é ascendente, que é a China. Temos uma potência que está a perder o protagonismo, porque isto é um jogo de vasos comunicantes, que são os EUA. Eu não considero a Rússia uma grande potência, à mesma escala dos EUA e da China, e que está no processo de procura do seu caminho, a meu ver, pela via errada. E depois temos a Europa, que em termos económicos e demográficos tem uma posição menos importante do que tinha há umas décadas, mas que continua a ser central no esquema internacional. E que pode ter um papel muito importante na relação entre os EUA e a China, na moderação do choque das grandes potências. Tem, certamente, uma responsabilidade regional e na sua vizinhança. Respondendo à sua pergunta, eu acho que a China tem beneficiado. Essa é mais uma razão para nós, no Ocidente, termos mais consciência de termos que nos organizar melhor. Eu acho que há aqui uma oportunidade de reequilibrarmos a situação. Em relação à China temos que ter uma visão muito pragmática, muito realista da relação. Temos que reequilibrá-la em termos comerciais, em termos tecnológicos, e temos que ser mais afirmativos em relação aos nossos interesses. Dizer aos nossos amigos chineses que todo o crescimento da China se tem feito largamente à custa do comércio externo, das exportações. E que talvez seja altura de fazerem uma aposta maior no seu mercado interno, e não quererem resolver todos os seus problemas internos à custa das nossas economias. Por outro lado, explicar que é do interesse da China que os mercados continuem abertos. Se uma ação demasiado desequilibrada do lado deles provocar um aumento do protecionismo do nosso lado, não é bom para a economia chinesa. Portanto, temos que encontrar um novo equilíbrio.



EPA / GAVRIIL GRIGOROV / SPUTNIK / KREMLIN POOL

Steve Witkoff foi recebido por Vladimir Putin na quarta-feira.

Rússia pronta para retomar as negociações com a Ucrânia e os EUA após 4 de novembro

DIPLOMACIA Abu Dhabi é o local que tem sido apontado por Moscovo e Kiev para receber a próxima reunião.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O Kremlin anunciou ontem estar pronto a retomar as negociações trilaterais com a Ucrânia e os Estados Unidos após 4 de novembro, data em que a Rússia celebra o Dia da Unidade Nacional. De recordar ainda que as eleições intercalares norte-americanas, em que está em jogo a maioria republicana de Donald Trump no Congresso, estão agendadas para dia 3.

“O próximo marco é o dia 4 de novembro, o nosso principal feriado. Depois disso, estaremos prontos para retomar as negociações”, afirmou Yuri Ushakov, assessor de Política Externa do presidente russo Vladimir Putin, ao *media* estatal russo Vesti. De recordar que Ushakov, na última quarta-feira, depois do encontro em São Petersburgo entre Putin e o enviado dos EUA Steve Witkoff, havia dito que Moscovo estava a apontar para que as conversações tivessem lugar em Abu Dhabi por volta do dia 10.

Estas intenções vão ao encontro dos comentários feitos no final da semana passada pelo presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, que indicou esperar que as negociações trilaterais — suspensas desde que os EUA atacaram o Irão, no final de fevereiro — fossem retomadas na primeira quinzena de novembro, apontando igualmente a capital dos

Emirados Árabes Unidos como uma possibilidade.

O assunto foi abordado ontem também pelo presidente dos Estados Unidos, que disse esperar que ocorressem em breve as negociações trilaterais. “Teremos algumas em breve, e acredito que ambos [Rússia e Ucrânia] querem chegar a um acordo”, afirmou Donald Trump, quando questionado sobre as perspetivas de negociações trilaterais.

No sábado, Trump já havia dito que prevê que os Estados Unidos façam negócios tanto com a Ucrânia, como com a Rússia após o fim da guerra, apesar das críticas de que está a atualmente a ser alvo por ter suspenso as sanções a Moscovo para Washington poder comprar gásóleo russo.

“Certamente, faremos negócios com a Ucrânia e com a Rússia após o fim desta guerra, imagino”, declarou o líder norte-americano, sublinhando desejar “regressar a uma situação em que a Rússia e a Ucrânia cheguem a um acordo, e depois poderíamos fazer negócios com ambas”.

Trump defendeu ainda que os EUA deveriam ter conseguido um maior retorno financeiro em troca dos milhares de milhões de dólares de ajuda fornecidos a Kiev na Presidência de Joe Biden. “Sinto-me um tolo, porque bastava pedir-lhes, e eles teriam pago. Ou seja, a UE teria pago”.

BREVES

CORINA MACHADO REGRESSOU À VENEZUELA

A líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, regressou ao país após quase um ano de ausência, adiantou ontem a Nobel da Paz nas redes sociais. “Estou aqui. Com todos vós”, escreveu Machado, tendo a sua equipa divulgado imagens suas no Santuário da Divina Pastora, em Barquisimeto, a capital do estado de Lara. Donald Trump foi questionado sobre este regresso, com o presidente norte-americano a dizer que não sabia de nada e sugerindo que os Estados Unidos apoiam a presidente interina, Delcy Rodríguez. “É uma mulher muito simpática”, disse Donald Trump, referindo-se a Machado. “Mas estamos muito bem na Venezuela.”

LE PEN LANÇA CAMPANHA PRESIDENCIAL

A líder da extrema-direita francesa Marine Le Pen, que lidera as sondagens para as presidenciais do próximo ano, lançou ontem oficialmente a sua campanha, dizendo ser a mais apta para lidar com aquilo a que chama crises crescentes no país e prometendo restaurar a ordem e a confiança. “Não estamos a viver o fim do mundo, mas o fim de um mundo, o mundo deles”, disse a líder parlamentar do Reagrupamento Nacional, referindo-se aos seus adversários. “Nós dizemos: ‘As coisas eram boas antes, serão melhores amanhã!’”, prosseguiu Le Pen, prometendo ser rigorosa quanto à imigração e não aumentar a idade da reforma.



Arabesco Raulesco Raúl M. Braga Pires

O bem-vindo ‘Shaitan’ houthi. Do livro ‘O Cristão Ronaldo’ – excerto

Com publicação prevista para 18 de novembro, *O Cristão Ronaldo – Não é Futebol é Política*, analisa a ofensiva houthi de Set/Out, com as prospectivas da guerra, para 2027

“Porquê esta ofensiva agora?”

Trata-se da resposta iraniana ao Acordo de Meca, do 7 de agosto, forma de colocar a ‘trilateral Arábia Saudita, Turquia e Paquistão’, a ‘mini-NATO do Golfo’, à prova, e confirmar se Turquia e Paquistão materializam a aliança firmada. A Turquia fornece actualmente apoio militar e partilha de informações, mas aguarda a aprovação do Parlamento desse Acordo Internacional. O Paquistão tem uma longa tradição em cooperação militar, com os sauditas, havendo militares paquistaneses, actualmente, em território saudita, mas certamente em formação e não envolvidos directamente na frente de batalha. Fazem o mesmo que os turcos, com fornecimento de equipamento militar, defesa aérea e partilha de informações. No entanto, ao contrário da Turquia, o Parlamento paquistanês, não tem de aprovar esta aliança, para a oficializar. Já é oficial, mas as fraquezas turcas e paquistanesas estão à vista, com prospectivas de piorar, o que acaba por ser bom! Porquê?

Porque estão aí as ‘legislativas americanas’, os Republicanos vão perder, Trump terá o Congresso e os tribunais, no ajuste de contas, o MAGA vai entrar em colapso e a delação fará o resto. Neste ensimesmamento civilizacional americano, a guerra que os democratas encontrarão

quando a poeira assentar, já não será uma guerra EUA-Irão, mas uma *proxy war* entre houthis e Arábia Saudita. Americanos continuarão a apoiar/fornecer Israel (e sauditas também), e os russos continuarão a apoiar/fornecer o Irão, que por sua vez instrumentalizará os houthis.

Neste contexto, de alheamento americano, mais as provas recentes de que não se tratam de aliado confiável, o Acordo de Meca, torna-se imperativo que seja operacionalizado, bem como se expanda, para se manterem os equilíbrios impossíveis, bem como para a sobrevivência política e física de MBS e da sua Salman Arabia. É neste contexto que faz sentido permitir o nuclear à Arábia Saudita, quando se nega ao Irão.

É esta a importância da ofensiva houthi na Arábia Saudita, remeter americanos e iranianos (o apocalíptico global) para os bastidores, dando palco a actores regionais (...).

Os houthis e Bab El Mandeb, foram o ‘mudador de jogo’, do último trimestre de 2026, abrindo caminho para um reforço do regional, enquanto o novo Congresso se vai afundar até ao Carnaval, a tapar buracos financeiros, a procurar dinheiro, expor escândalos(...) e será a Segunda Guerra Civil Americana, no modelo Estado de Direito (...).

O *Shaitan* do título, significa Diabo, Satanás, em árabe.

Político/Arabista
Professor do Instituto Piaget
de Almada
Escreve de acordo com
a antiga ortografia



Lacerda e Coelho são de novo campeões do Mundo.

Rui Lacerda e Ricardo Coelho revalidam título mundial e Portugal fecha Mundiais com nove medalhas

CANOAGEM DE MARATONA A dupla portuguesa voltou a vencer o C2 sénior, um ano depois do primeiro ouro mundial de Portugal na especialidade. Fernando Pimenta e José Ramalho foram sétimos no K2 e terminaram uma série de quatro títulos consecutivos.

TEXTO CECÍLIA CARMO

Rui Lacerda e Ricardo Coelho conquistaram este domingo a medalha de ouro em C2 sénior nos Campeonatos do Mundo de maratona de canoagem, em Gualaguaychú, na Argentina. Os portugueses completaram o percurso em 1:39.38,61 e revalidaram o título que tinham conquistado em 2025. Os espanhóis Jaime Duro e Manuel Garrido terminaram em segundo lugar, com 1:40.13,32, e os polacos Mateusz Borgiel e Mateusz Zuchora fecharam o pódio, em 1:40.34,33.

O ouro de domingo foi mais um capítulo numa parceria que já tinha dado à dupla títulos

mundiais e europeus em C2. Ricardo Coelho, de 27 anos, terminou o Mundial com três medalhas: ouro em C1 e C2 sénior e prata na prova curta de C1. No sábado, venceu a maratona individual de C1, numa chegada muito disputada: completou a prova em 1:45.10,54, menos 5,95 segundos do que o húngaro Mihály Pluzsik.

Os dois atletas são do Clube Náutico de Ponte de Lima. Rui Lacerda, de 35 anos, cresceu desportivamente no clube limiano, onde começou a praticar canoagem ainda jovem. Além da carreira desportiva, é bombeiro em Viana do Castelo e estudou Ciências do Despor-



Parte da comitiva portuguesa que competiu na Argentina.

to. Ricardo Coelho também representa o clube e já tinha conquistado com Lacerda o título mundial e o europeu de C2 em 2025. A vitória deste domingo confirmou a dupla como campeã mundial em título.

A final de C2 foi uma das provas de destaque do último dia, que também incluiu as corridas de K2 feminino e masculino. No K2 sénior feminino, Mariana Morais e Andreia Duarte terminaram em sétimo lugar, com o tempo de 1:56.50,82. As espanholas Tania Fernández e Tania Álvarez conquistaram o ouro, em 1:55.12,60, seguidas pelas húngaras Panna Sinko e Panna Csepe e pelas sul-africanas Georgia Singe e Jade Wilson.

Fernando Pimenta e José Ramalho foram também sétimos, mas no K2 sénior masculino. O resultado impediu a dupla de renovar o título que conquistava desde 2022. Pimenta, de 37 anos, é atleta do Benfica e uma das figuras maiores da canoagem portuguesa: conquistou a prata olímpica em K2, em Londres 2012, e o bronze em K1, em Tóquio 2020. Ramalho, de 44 anos, representa o Clube Náutico de Prado e construiu com Pimenta uma das parcerias mais bem-sucedidas da maratona mundial, com quatro títulos consecutivos em K2 entre 2022 e 2025. Neste Mundial, Pimenta já tinha conquistado o bronze na prova curta de K1.

Nuno Barros e Martim Conceição representaram Portugal no K2 júnior, outra das provas de embarcações duplas do dia. A dupla não acrescentou uma medalha ao balanço nacional. Conceição, atleta do Clube Náutico de Crestuma, já tinha subido ao pódio nesta edição, com o bronze na prova curta de K1 júnior. Barros compete pelo Clube Náutico de Prado.

Portugal termina o Mundial com nove medalhas: quatro ouros, duas pratas e três bronzes. Além dos títulos de Coelho em C1 e de Lacerda e Coelho em C2, Gabriel Fernandes venceu o C1 júnior e conquistou também o C2 júnior ao lado de Duarte Cunha. As duas pratas foram alcançadas por Leonardo Barbosa, em C1 sub-23, e por Coelho, na prova curta de C1. Os bronzes pertencem a Maria Sousa, em C1 júnior, Martim Conceição, na prova curta de K1 júnior, e Fernando Pimenta, na prova curta de K1 sénior.

Henrique Calisto defende Jorge Jesus no caso Ronaldo: “Ler o comunicado seria humilhante para o treinador”

ENTREVISTA O presidente da ANTF defende a autoridade de Jorge Jesus no caso Cristiano Ronaldo, pede mais estabilidade para travar despedimentos precoces e aponta a formação, a internacionalização dos técnicos portugueses e as oportunidades para treinadoras como prioridades.

TEXTO CECÍLIA CARMO

O caso de Cristiano Ronaldo e Jorge Jesus voltou a pôr em evidência o peso que um jogador de grande estatuto pode ter. Como deve um treinador gerir uma situação destas?

É evidente que Cristiano Ronaldo tem um estatuto diferente. Mas esse estatuto não pode pôr em causa o papel do treinador nem a hierarquia dentro da equipa. Escolher os convocados, decidir o onze e fazer as substituições são competências do treinador. Se o técnico deixa de poder tomar essas decisões por causa do estatuto de um jogador, corre o risco de perder o respeito da equipa. O treinador tem de respeitar os jogadores, mas os jogadores também têm de respeitar as funções do treinador. Jorge Jesus, neste caso, defendeu as competências que pertencem a quem orienta a equipa.

O percurso de Cristiano Ronaldo deve pesar na decisão do treinador?

O treinador tem de conhecer o percurso, o estatuto e a personalidade de cada jogador. Não fala nem se relaciona da mesma maneira com todos, porque cada um tem as suas circunstâncias, o seu passado e a sua realidade. É necessário ter esse cuidado. Mas esse cuidado tem um limite. O treinador não pode abdicar dos princípios que definem a sua função. Pode conversar, explicar uma decisão e procurar um entendimento, mas continua a ser o responsável por escolher a equipa, os convocados e as substituições. Se deixa de poder tomar essas deci-

sões, deixa também de exercer plenamente o seu papel.

O treinador deve tornar públicas as conversas que tem com um jogador?

Depende de cada caso. O treinador tem de saber falar com o grupo no seu conjunto, mas também de manter uma relação di-



ferente com cada jogador. Cada um é um mundo diferente, com estatutos, circunstâncias e percursos próprios. Ainda assim, o treinador não pode abdicar dos seus princípios. Se há respeito do treinador pelos jogadores, também tem de haver respeito pelas tarefas do treinador. Caso contrário, o técnico desvaloriza o seu próprio papel.

Jorge Jesus fez bem em não ler o comunicado de Cristiano Ronaldo?

Fez aquilo que devia. Ler aquele comunicado seria quebrar a hierarquia e até humilhante para o próprio treinador. O treinador tem de ser claro sobre a sua posição, mas não pode deixar de exercer a sua função para responder nos termos definidos por outra pessoa.

A Federação deve defender mais claramente o treinador?

A Federação tem de defender o treinador e a equipa. Cristiano Ronaldo merece terminar a sua ligação à seleção de uma forma condigna com o percurso que construiu. Isso é indiscutível. Mas também é necessário defender o treinador e o grupo. Por vezes, perde-se um jogador, mas ganha-se uma equipa. Estas situações podem ser resolvidas, desde que se respeite o papel de cada um. Jorge Jesus tem mostrado abertura para encontrar uma saída que respeite Cristiano Ronaldo e a seleção, sem pôr em causa a autoridade do treinador.

A experiência é suficiente para preparar os técnicos para conflitos desta dimensão?

A experiência é fundamental, mas

é importante preparar os treinadores antes de estas situações surgirem. A gestão de conflitos e a liderança devem fazer parte da formação, sobretudo nos cursos destinados a treinadores de elite. Os conflitos existem em todas as equipas e em diferentes momentos. A experiência ajuda a encontrar soluções, mas uma reflexão mais aprofundada sobre estas matérias pode dar aos treinadores mais instrumentos para agir. É uma preocupação da ANTF que estes temas sejam trabalhados nos cursos.

A sucessão de mudanças no comando técnico dos clubes profissionais tem sido uma constante no futebol português, que preocupa a ANTF...

Eu diria que foram sete saídas na Primeira Liga e três na Segunda. É um número elevado e mostra que continua a haver pouca estabilidade. Sem querer pôr em causa a autonomia dos clubes, estas mudanças mostram que os projetos não estão a ter a continuidade que treinadores e direções entenderam ser necessária quando começaram a trabalhar juntos. Nas últimas épocas, o número de mudanças também tem sido significativo. Nas duas principais divisões, foram 29 em 2023/24, 37 em 2024/25 e 23 em 2025/26. Pensávamos que estes números poderiam diminuir, mas isso não aconteceu de forma consistente.

O que explica esta sucessão de despedimentos?

Quando os resultados não aparecem, todos são chamados à responsabilidade, mas quem acaba quase sempre por pagar é o treinador. A escolha é feita por quem contrata. Normalmente, o técnico é chamado para levar por diante um projeto que também é definido pela direção e que, muitas vezes, está muito ligado à visão do presidente. Se a direção acredita que aquele treinador é a pessoa certa para concretizar os objetivos do clube, tem de lhe dar condições para trabalhar. Não é possível contratá-lo para um projeto e, pouco depois, afastá-lo sem avaliar se teve oportunidade de o desenvolver.

O presidente não treina a equipa nem dá indicações durante os jogos. Porque é que o treinador acaba por ser o primeiro a sair?

Porque é a figura mais exposta. Está todos os dias no campo, trabalha diretamente com os jogadores e é o rosto do projeto desportivo. Mas, quando os resultados não aparecem, é preciso olhar para o

“O treinador não pode abdicar dos seus princípios. Se há respeito pelos jogadores, também tem de haver respeito pelas tarefas do treinador. Caso contrário, o técnico desvaloriza o seu próprio papel”.

contexto e perceber se o trabalho teve tempo para produzir efeitos. A decisão não pode ser tomada apenas em função do resultado mais recente.

É possível construir uma equipa em poucas semanas?

É muito difícil, sobretudo quando não há continuidade. Muitas equipas são novas, têm jogadores de várias nacionalidades e que ainda não se conhecem. Chegam treinadores novos a clubes novos, com circunstâncias diferentes, e espera-se que tudo funcione de imediato. O treinador precisa de tempo para transmitir as suas ideias, criar rotinas e conhecer os jogadores. Não há ninguém que consiga pôr uma equipa a jogar bem em um ou dois meses, quando não existe trabalho de continuidade. Se um clube aposta na renovação e em jogadores jovens, uma rutura ao fim de poucas semanas pode interromper o próprio projeto que decidiu começar.

Isso significa que os clubes devem manter sempre o treinador, mesmo quando os resultados não aparecem?

Não. Há ruturas necessárias, quando existe um afastamento entre o treinador e a equipa ou quando já se tentou tudo. Mas não se pode concluir demasiado cedo que já se tentou tudo. É preciso permitir que o treinador mostre o que quer fazer e que a equipa revele se está a evoluir. A estabilidade, por si só, não garante melhores resultados. Mas é uma condição importante para que o trabalho possa ser avaliado. O que temos visto é que, por vezes, os clubes decidem mudar antes de conseguirem perceber se o processo estava a resultar.

A ANTf defende mais estabilidade de por uma questão corporativa?

Não. Não é um sentimento corporativista nem uma tentativa de in-

terferir na autonomia dos clubes. É uma defesa do futebol. Queremos um melhor espetáculo, com equipas mais fortes, mais organizadas e mais concentradas. Para isso, é necessário que treinador e direção trabalhem para os mesmos objetivos e que haja tempo para criar uma equipa capaz de os cumprir.

Os jogadores também podem contribuir para a saída de um treinador?

Pode haver conflitos entre treinador e jogador. Quando existe um desligamento entre os dois, isso pode ser o princípio de um problema. Mas não diria que essa é a causa mais frequente para o despedimento de um técnico. Acontece, sabemos que acontece, mas é uma exceção. O treinador tem de gerir a relação com os jogadores e garantir que a equipa continua a trabalhar. Há situações em que atitudes ou declarações podem desviar o técnico do seu trabalho, mas não é essa a regra. O que vemos com mais frequência é o treinador a ser afastado por decisão dos dirigentes, muitas vezes em função dos resultados.

A ANTf criou este ano um Conselho Técnico Nacional. Que trabalho espera desta estrutura?

O Conselho deve estudar os problemas do futebol e produzir documentos que ajudem a aprofundar a reflexão. Queremos olhar para a formação dos treinadores, para os referenciais dos cursos e para áreas como a gestão de conflitos, a evolução tática do jogo e as tendências futuras. A inteligência artificial também tem de ser analisada. Já existem modelos que ajudam a preparar o treino e a tirar conclusões sobre o rendimento dos jogadores. É importante perceber como essas ferramentas podem ser usadas e que impacto podem ter no trabalho dos treinadores. O Conselho junta pessoas de áreas diferentes: treinadores da Primeira Liga, profissionais com experiência académica e representantes da formação, do futsal, do treino de guarda-redes e da preparação física. Essa diversidade permite analisar os problemas de várias perspetivas.

Portugal tem cerca de 500 treinadores a trabalhar em 56 países. Como pode a ANTf ajudar a valorizar essa presença?

O treinador português é uma das marcas de afirmação do nosso país. Temos cerca de 500 treinadores no estrangeiro, distribuídos por 56 países. São profissionais que levam consigo uma forma de

trabalhar e ajudam a projetar o futebol português. No início deste mandato, procurámos a AICEP para que essa marca fosse promovida de forma sistemática e para que houvesse uma maior divulgação dos treinadores portugueses junto de clubes e organizações estrangeiras. Até agora, não tivemos resposta. É preciso olhar para o futebol também como uma área de exportação, pelo valor que treinadores e jogadores levam para outros países.

Que outras iniciativas podem ajudar os técnicos portugueses a afirmar-se no estrangeiro?

Estamos a trabalhar em contactos com associações congêneres. Com a associação de treinadores de Inglaterra, por exemplo, procuramos criar condições para um protocolo que permita intercâmbios na formação e a realização de estágios. Os treinadores portugueses poderiam estagiar em Inglaterra e os ingleses poderiam vir a Portugal. Estes contactos permitem conhecer outras realidades e mostrar o trabalho que é feito pelos treinadores portugueses. São também uma forma de reforçar a nossa presença e de dar visibilidade às competências dos técnicos nacionais.

E no que diz respeito às treinadoras, que passos faltam dar?

Já foi dado um passo importante com o alargamento da formação. A oferta de cursos aumentou e estamos também a preparar um curso destinado aos treinadores portugueses que trabalham no estrangeiro, para responder a uma lacuna que existia. Queremos continuar a alargar as oportunidades e a dar mais condições às nossas colegas treinadoras.

Há qualidade entre as mulheres treinadoras para chegarem aos níveis alcançados pelos homens?

Claro que há. É necessário dar-lhes oportunidade e tempo para adquirirem experiência. O sucesso dos treinadores portugueses também resulta de características que não se aprendem apenas nos cursos: solidariedade, disponibilidade e capacidade de adaptação. O homem português e a mulher portuguesa têm qualidades importantes para o futebol. São abertos, disponíveis, envolventes e inclusivos. Num jogo cada vez mais globalizado, com jogadores de diferentes países, etnias e religiões, essas características ajudam a integrar os grupos. As treinadoras portuguesas também têm essas qualidades e devem ter oportunidade para as demonstrar.

Mudança de treinador dá boa resposta ao Famalicão, mas Braga cai na Choupana

PRIMEIRA LIGA Ricardo Silva estreou-se no banco dos famalicenses com uma goleada por 4-0 ao Rio Ave

TEXTO **CECÍLIA CARMO**

A mudança no comando técnico produziu efeitos diferentes para Famalicão e Braga na nona jornada da I Liga. Os famalicenses venceram por 4-0 na visita ao Rio Ave, enquanto os braceenses perderam por 1-0 na Madeira, frente ao Nacional. Os dois clubes tinham iniciado um novo ciclo: Ricardo Silva assumiu interinamente o Famalicão após a saída de Carlos Carvalhal; Franclim Carvalho chegou ao Braga para substituir Carlos Vicens.

Em Vila do Conde, o Famalicão resolveu a partida na segunda parte. Roméo Beney abriu o marcador aos 48 minutos, com um remate em arco, e Pedro Santos aumentou a vantagem aos 81, servido por Sorriso. Óscar Aranda, lançado no decorrer do encontro, fez o terceiro aos 85 minutos e fechou a goleada de penálti, já nos descontos. A equipa orientada por Ricardo Silva somou três pontos importantes depois de um início de época abaixo das expectativas.

A vitória ganhou relevo por ter sido o primeiro jogo do Famalicão desde a saída de Carlos Carvalhal, decidida após a eliminação da Taça de Portugal frente ao Paredes. O ad-

junto Ricardo Silva ficou responsável pela equipa enquanto o clube procura um sucessor. Do outro lado, o Rio Ave também atravessa uma mudança recente: Vasco Seabra assumiu o comando técnico no início do mês, sucedendo a Sotiris Silaidopoulos.

Na Choupana, o Braga teve mais posse de bola, mas não conseguiu transformar esse domínio em golos. Miguel Baeza marcou o único tento da partida aos 19 minutos, num remate de primeira após assistência de Song Min-kyu. O lance foi analisado pelo VAR, que confirmou o golo. A equipa minhota procurou o empate até ao fim, mas esbarrou na organização defensiva do Nacional e viu Fran Navarro acertar na barra, aos 70 minutos.

Franclim Carvalho sofreu assim a primeira derrota no comando do Braga, na estreia para o campeonato. O treinador tinha começado a passagem pelo clube com uma vitória por 2-0 frente ao Genk, para a Liga Conferência. O Nacional também atravessa uma transição: João Henriques foi anunciado como novo treinador, mas a equipa ainda foi orientada por Bruno Abreu, que assumiu interinamente o cargo.



Braga foi à Choupana e perdeu 1-0 com o Nacional.

Luísa Sobral vai tocar tambor e recitar poesia nos concertos do novo álbum

MÚSICA *Cartas de Desamor*, álbum de catarse com mais percussão, será apresentado ao vivo no Tivoli e Casa da Música a 6 e 11 de novembro.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

Luísa Sobral diz que em todos os álbuns gosta de ter algo de novo para apresentar, e foi por isso que *Cartas de Desamor* apareceu apenas agora, quatro anos depois do lançamento de *Dansando*, em 2022. “Procuro sempre explorar uma área nova nos meus discos. Acaba por ser bastante natural, normalmente há qualquer coisa que eu estou a ouvir e que me entusiasma e de onde depois vou beber. Estive quatro anos sem fazer um disco, talvez por isso, por não encontrar um sítio onde ir beber”, diz a compositora e cantora ao DN.

Esse estímulo para o novo disco, conta, veio com “José Mário Branco, Zeca Afonso, comecei a ouvir mais música tradicional também, com coisas de Trás-os-Montes, com esse tipo de ritmos, que me inspiraram muito. É uma mistura da minha música com a música tradicional, eu nunca quis fazer algo só tradicional”, sublinha. Pesquisou, por exemplo, vários ritmos de adufe, e há canções que começam por aí. Essa aproximação à música tradicional resultou num álbum com mais percussão em comparação com os anteriores.

“Essa é a grande diferença. Ainda ontem estava a ensaiar com a banda e os instrumentos são os mesmos de sempre, o piano, o baixo, o contrabaixo, a bateria, a guitarra. Só dois dos meus discos não tiveram piano, os instrumentos são quase sempre os mesmos. Mas aqui há

uma componente maior de percussão”.

Isso será visível também nos concertos de apresentação do álbum, em Lisboa e no Porto. “Vamos ter bastante mais percussão do que em qualquer outro concerto. E eu própria vou tocar tambor. Essa parte é muito divertida e muda bastante a sonoridade da minha música”.

Todas as 12 canções de *Cartas de Desamor*, com canções como *Pedra de Mim*, *O Nosso Fim* ou *Não Sei Quem Sou*. “Estas canções foram uma catarse, uma forma de superar esta fase e de compreender o que se passa dentro de mim, as minhas vontades e porque é que cheguei aqui. Ajudaram-me muito. É curioso perceber que há sempre muita gente a passar pelas mesmas coisas”.

Há tristeza em *Cartas de Desamor*, com canções como *Pedra de Mim*, *O Nosso Fim* ou *Não Sei Quem Sou*. “Estas canções foram uma catarse, uma forma de superar esta fase e de compreender o que se passa dentro de mim, as minhas vontades e porque é que cheguei aqui. Ajudaram-me muito. É curioso perceber que há sempre muita gente a passar pelas mesmas coisas”.

Mas o oitavo álbum de Luísa Sobral não é tristeza do princípio ao fim e a última canção até se chama *Felicidade* – “a felicidade bateu à porta”. “Eu sou uma pessoa positiva por natureza. Foi um período difícil, mas ele tinha que acontecer para um novo começar”. Abre-se



Luísa Sobral lançou o seu oitavo álbum de originais a 9 de outubro.

KENTON THATCHER

“Estas canções foram uma catarse, uma forma de superar esta fase [de separação do marido] e de compreender o que se passa dentro de mim, as minhas vontades e porque é que cheguei aqui. Ajudaram-me muito.”

um novo ciclo na vida e carreira de Luísa Sobral? “Depois de um período difícil, acredito que venha sempre qualquer coisa. Não sabemos se é melhor, mas é nova e isso já é estimulante.”

Com exceção da música o *Res-to das Nossas Vidas*, escrita entre álbuns, mas que foi uma encomenda de uma amiga para o casamento dela, há muito tempo que ela não escrevia canções para ela. “Eu escrevi estas canções todas assim muito rápido, e eu já não escrevia para mim há algum tempo. Sentia que não tinha nada para dizer ou não tinha vontade de mergulhar muito lá

dentro. E então, quando finalmente chego a um sítio no qual me sinto confortável para mergulhar, as canções saem todas de uma vez. Porque o estado de espírito é o mesmo e elas acompanham todo este processo. E mesmo assim há uma canção que ficou a faltar”, sublinha.

“Gostava de ter uma canção que explique aos filhos o que é a separação dos pais. E que explique tudo o que pode vir de bonito disso. Mas eu nunca consegui escrever essa canção. O assunto está em mim, há sempre uma frase que dá início à escrita, e essa frase nunca veio. Se calhar era um



CARTAS DE DESAMOR
Luísa Sobral
Edição de autor

sítio também onde eu não tive coragem de ir”, revela.

Essa música poderá ainda surgir no futuro, como aconteceu com a canção *Da Frente Para Trás*. Também levou o seu tempo para que o tema chegasse finalmente à letra de uma canção. “Essa canção fala sobre alguém que está a morrer, que vê a vida da frente para trás. E demorei quase três anos até conseguir escrevê-la. Acabo por escrever a canção rápido, mas outra coisa é sentir-me preparada para o fazer. São duas coisas diferentes”.

Neste novo álbum, Luísa Sobral canta três canções em parceria, com o grupo feminino Sopa da Pedra, A Garota Não e Vitorino. Em relação às Sopa da Pedra, diz que as viu pela primeira vez num festival há cerca de sete anos e que ficou “maravilhada”. “Continuei sempre a ouvi-las, ouço muito os discos delas no carro com os meus filhos, e fiquei sempre com vontade de fazer alguma coisa com elas”.

Grito acabou por ser a primeira faixa do novo disco e resultou de um processo muito colaborativo. “Escrevi essa canção, fiz as vozes, mas depois enviei-a e elas acrescentaram outras vozes, mudaram umas coisas no arranjo e ainda me disseram, ‘sentimos que falta aqui uma parte’. Tem uma espécie de parte B que não existia, e foram elas que me puxaram para escrever algo diferente”.

Com Vitorino a artista canta *Homem Deitado*, e esta música tem outra história. Foi escrita há mais tempo para um projeto que Luísa Sobral não conseguiu ainda concretizar, de um álbum com canções de Natal escrito por ela e interpretado por outros artistas de gerações e estilos diferentes. “Não há muitas músicas em Portugal de Natal. Chegamos ao Natal e queremos ouvir músicas natalícias para fazer a árvore, e vamos buscar aquelas versões portuguesas de clássicos americanos. Temos muito poucas canções de Natal nossas. E então tive

um projeto de fazer várias canções de Natal para artistas de diferentes áreas da música em Portugal. Cheguei a candidatar-me à SPA”.

O apoio não foi suficiente para que o projeto visse a luz do dia, mas Vitorino manifestou vontade de gravar a canção, que acabou por entrar no *Cartas de Desamor*.

Com A Garota Não canta *Ser Mulher*: “Esta canção já tinha sido gravada sem ela, mas depois eu comecei a pensar que é uma canção sobre o poder feminino e este orgulho de ser mulher, e que gostava muito de a cantar com outra mulher, porque estas parcerias femininas são muito importantes. E uma das pessoas da dita nova geração, que também tem mais a ver com este mundo da música tradicional, ou da canção de autor, é A Garota Não, é a Kátia.”

Concertos com poesia

Cartas de Desamor vai ser apresentado ao vivo em dois concertos, no Tivoli, em Lisboa, a 11 de novembro, e na Casa da Música, no Porto, a 16. Serão concertos diferentes daqueles que Luísa Sobral costuma fazer. “Quis muito ter um concerto mais encenado. Um concerto é toda uma experiência sensorial, não é só ir ouvir música. E eu já estava há muito tempo a querer fazer isso, juntar a palavra dita com a palavra cantada. Fazer algo que me estimula mesmo, mais do que só cantar. Não é que eu ache pouco cantar, mas neste momento é só uma parte daquilo que eu gosto de fazer. Vão ter palavra dita, projeções, vão estar coisas a acontecer. Vão ter uma componente estética muito maior.”

Luísa Sobral diz que o álbum de Maria Bethânia com a canção *Mensagem*, em que ela intercala a música com o poema *Todas as Cartas de Amor São Ridículas* de Álvaro de Campos, heterónimo de Fernando Pessoa, a marcou muito. “Esse disco faz parte da minha infância. Adorava essa transição da palavra dita para a palavra cantada. Para mim aquilo é muito mágico e inspirou-me muito. E também é por isso que este disco se chama *Cartas de Desamor*. É por causa dessas *Cartas de Amor são Ridículas*.”

Nestes concertos vai ser possível ver Luísa Sobral não só a tocar tambor, como já se disse, como também a dizer cerca de cinco poemas da sua autoria.

Segundo romance em abril: “São histórias bonitas sobre a morte”

LIVROS Ainda *Nem Todas as Árvores Morrem de Pé* estava nas livrarias e já Luísa Sobral escrevia um novo livro. Agora já se assume “escritora”.

Estreou-se na literatura em fevereiro do ano passado com o lançamento do romance *Nem Todas as Árvores Morrem de Pé* preparada-se para editar um segundo livro, em abril de 2027, também pela editora D. Quixote, cujo título não adianta para já, mas cujo tema já se conhece. “Tem muito que ver com esta temática da morte, mas de uma forma bonita. Que pode haver processos de morte mais bonitos, quando bem acompanhados. São histórias bonitas sobre a morte”.

Trata-se de um romance “mas também é um conjunto de histórias. Tem as duas coisas. Fui muito inspirada por *A Tia Júlia e o Escrevedor*”, de Mario Vargas Llosa, adianta Luísa Sobral, que já fala de si também como escritora. “Agora acho que sim. Não necessariamente por achar que tenho qualidade, mas porque faz muito parte da minha vida. Quer dizer, às tantas já não faz muito sentido não dizer que sou escritora quando passo tanto tempo a escrever”.

A escrita vai ganhando espaço na rotina de Luísa Sobral, com as manhãs dedicadas aos livros, e as tardes à música. “Tenho mais

festivais literários quase do que concertos. Por isso torna-se um absurdo essa questão de a pessoa se dizer escritora ou não. Prende-se mais com a minha confiança do que com a realidade. Estou insegura, mas não faz com que eu não queira que ele saia”, acrescenta.

Começou a escrever este segundo romance ainda antes de o primeiro ser publicado. “Gostei tanto do processo de escrita que tinha medo que as críticas afetassem a minha escrita, então comecei logo a escrever para ver se não era afetada por isso”, revela.

“Tenho mais festivais literários quase do que concertos. Por isso torna-se um absurdo essa questão de a pessoa se dizer escritora ou não. Prende-se mais com a minha confiança do que com a realidade”.

Por altura do Natal Luísa Sobral vai também editar mais um livro infantil escrito com José, o seu filho mais velho, de dez anos. Em 2022 publicou *Quando a Porta Fica Aberta*, com ilustrações de Camila Beirão (Edições Caminho), e em 2024 *O Peso das Palavras*, ilustrado por Ligeiramente Canhoto (Rodrigo Mota), numa edição de autor.

O novo livro para os mais novos intitula-se *Lágrimas de Caimão*, e será mais uma edição de autor. “É um livro que fala sobre a importância de chorar. Chorar de comoção ou de tristeza, mas a importância de desbloquear esse canal que muitas vezes as pessoas têm fechado”.

O livro nasceu do interesse de José pelos animais. “O meu filho foi internado durante uma semana no hospital e eu levei-lhe livros de ciências. Ele adora estes fenómenos todos da natureza e ia-me contando coisas. E às tantas disse-me: ‘sabes que na Amazônia as borboletas vão beber as lágrimas do caimão porque têm sal e outras coisas que elas precisam? Fiquei fascinada com este fenómeno e disse-lhe que tínhamos de escrever uma história’.” **C.A.R.**



Primeiro romance foi lançado no ano passado pela D. Quixote, e o segundo será da mesma chancela.



Direto à leitura
António Carlos Cortez

Manuel Alberto Valente

Um livro maior

O título deste livro é um irónico, ou melancólico, talvez uma falsa pista, uma vez que, se lido no seu todo, induz o leitor ingénuo a uma leitura equívoca. É que nem o menino que vê os comboios será o poeta na sua matura idade, entrando já no dito inverno da vida, nem os poemas são “poesia menor”, como o subtítulo informa.

Manuel Alberto Valente, editor de reconhecidos méritos, poeta e cronista, além de amante diligente dos livros, oferece-nos aqui, neste singelo e quase frágil livro, belíssimo exemplar (mais um!) da editora de Jorge Réis-Sá, a Glaciari, uma espécie de viagem a vários tempos da sua escrita e, como referiu Filipa Leal no lançamento destes poemas, é num comboio pejado de poesia e de poetas que Manuel Alberto leu e conheceu, que empreendemos uma viagem ao que importa: aos textos e o seu fazer pelas mãos de um autor que cultiva a “*humilitas*” como valor poético.

Isto não é de menos: Maria Zambrano, num livro que José Bento traduziu há 20 anos, considerava ser esse o caminho único para uma poesia viável e humana. Poesia da humildade? Sim. Porque Manuel Alberto mergulha no húmus da sua genesiaca terra de poesia e, no mesmo lance, lembra Ruy Belo: *escrever sem querer nenhuma palavra levante por demais a cabeça*. Isto é: uma poesia que, desde os anos 60, se quis menos por que feita a partir de uma concepção maior – poesia de observação das outras poéticas e, por isso mesmo, poesia em cuja voz vêm desaguas outras.

Com efeito, de entre os muitos ecos e vozes de que se faz este pequeno e portátil livro, conviria ver quatro influências que Manuel Alberto assume e com as quais, no limite, dialoga: Fernando Assis Pacheco, David Mourão-Ferreira, mas também Pessoa e certo Eduardo Guerra Carneiro.

Do autor de *Cuidar dos Vivos*, Manuel Alberto Valente retira o tom humorístico, o verso bem calibrado no ritmo, de tom oral, ora nostálgico, ora divertido no modo como uma sábia auto-ironia se

constrói ou uma sageza de análise do humano se concretiza em homenagem (“Caríssimo Fernando onde é que te meteste? / Dizem que morreste, mas eu não acredito (...) // E agora, porra, que há-de ser de nós? / Quem nos dirá de livros e de vinhos? / Os teus irmãos de Ourense estão mais sós / e nós Benitos Pradas ficamos sem caminhos”).

Na verdade, está poesia nasce também da sabedoria versificatória. As homenagens a familiares ou gente da Literatura são outro modo de adequar o ritmo do decassílabo ou do alexandrino, da rondilha ou do verso livre a estados de alma que pedem esta ou aquela respiração. Falei de David, tendo já referido Assis Pacheco. Mas de David absorveu Manuel Alberto outra dicção, mais tendente à melancolia. Por exemplo o breve e lapidário poema a Nuno Júdice (“Brotaram rios / da tua lira de líquen // Nenhuma tempestade apagará / as palavras que nos rasgaram por dentro.” É a consciência de que “*in every poem a epitaph*”, como quis Eliot, ou a ideia de poema como inscrição tumular, o que, porventura nas secções “Retratos”, “Álbum de Família” e na secção magistral de quatro sonetos e que dá título ao livro, anima o poder da evocação. Neste particular têm especial relevância poemas onde Manuel Alberto prova ser um extraordinário fazedor de medidas clássicas.

Num tempo poético marcado por narrativismos vários e prosaicos, o que aqui lemos atinge alta temperatura porque aos ritmos sobrevivem imagens de grande sugestão. Os sonetos “Mãe, onde estás, que tenho medo”, “Nasci numa casa rodeada” são modelares na restauração dessa forma inventada por Giacomo de Lentini. Saber rítmico, métrico, rimático: “Nasci numa casa rodeada / de comboios. Eu não sabia / que a circulação estava parada / e em mim era o futuro que corria.”

E se tivermos atenção ao livro que se faz de sete andamentos com uma coda final, é a ideia de álbum (à maneira romântica) que igualmente justifica a prosa coloquial de certos poemas, nos quais Valente abandona o ritmo regular, de decassílabo, para escolher a familiaridade

íntima. “No tempo em que festejavam o dia dos meus anos” é diatribe e consciência do tempo. Mas é uma fotografia confidencial, com o olhar do poeta fazendo *zoom* em certos pormenores (“hoje quando acordo basta-me sentir o teu pé / para ser de novo o menino / que lia o *Cavaleiro Andante*”).

Este livro é belo por isso, que na poesia é mais difícil: falar do simples por meio de um manipular verbal que nos atinge. A lembrança obedece ao deambular da observação das casas, ou da casa de memórias que o sujeito é. A observação do passado (o avô, a avó, os pais, dedicatários do livro, filhos e netos). Mas é um álbum de ficções verdadeiras, de palavras pensadas e sentidas para nos fazerem sentir. Pensar.

Lápides, homenagens, também cafés, conversas, a história de Pedro e Inês, e os lugares do lume: o Porto, Pontevedra, ou os lugares do amor (Maria do Rosário, aqui emblema e presença). Raul Solnado fazendo sorrir um deus triste, um cumprimento a Perez-Reverte, ou versos, imagens vindos de Cesário Verde, este belo li-

vro é, no fundo, uma arte poética. Que sirva de exemplo o magistral soneto a evocar essa epopeia negra que é o poema de Cesário de 1880. Manuel Alberto Valente, pertinaz observador, responde-lhe num poema que raras vezes tenho visto. Não o digo senão por constatar o óbvio.

Não é esta colectânea de poemas vindos de outras eras, alguns já publicados noutras circunstâncias, uma poesia menor. É uma poesia maior, de grande saber de oficina. Leia-se: “Nas nossas ruas ao cair da noite / vêem-se pobres a pedir cigarros / e gente que não tem onde se acoite / senão em vielas onde não passam carros // E há os emigrantes que procuram / uma casa a que possam chamar sua / e luzes que se acendam e perduram / até que reste só a luz da lua // Nas nossas ruas ao cair da noite / por mais que caminhe e que me afoite / pelos destroços perdidos dos impérios // só encontro pedintes e lixeiras / e o rasto perfumado das maneiras / onde se escondem todos os mistérios.”

Podia continuar. Há poemas que ficam na memória. Isso é de grande poesia. De facto, “estendemos a nossa vida sobre a mesa / a toalha onde se envolve a solidão.” A poesia, disse-o Maria Zambrano, é a defesa da própria solidão de quem, escrevendo, sabe que tudo existe aí: nessa solidão feita palavra. Manuel Alberto Valente tem, neste seu cálido e terno livro, a prova de uma arte jamais menor porque nascida da solidão que se defende. É a sua (bio)gráfica vida de poeta o que lemos? Seja. Mas é outra coisa ainda: homenagem à Literatura. Um exemplo mais: Eduardo Guerra Carneiro, pela mão de Manuel Alberto, tal como outros poetas que certa crítica disse serem menores, revivem. Maiores. E tal gesto encerra outro dado inescapável: este menino que via passar os comboios, sempre viu que dentro deles, como imagens que podem fixar-se na retina, estão os mestres da poesia.



Professor, poeta e crítico literário
Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico.



AVISO

Procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia

Faz-se público que, na sequência do meu despacho, datado de 29 de março de 2026, da deliberação de Câmara datada de 28 de maio de 2026 e da deliberação da Assembleia Municipal datada de 26 de junho de 2026, e em conformidade com o estabelecido nos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, determinei a abertura do procedimento concursal abaixo indicado, para recrutamento e seleção do respetivo dirigente, em comissão de serviço por três anos.

- Um lugar no Cargo de Direção Intermédia de 1º. Grau (Diretor do Departamento de Serviços Operacionais)

A publicação do procedimento concursal na BEP-Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, com indicação dos requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção, efetuar-se-á no dia da publicação do presente aviso, na qual consta a data de início e o prazo de dez dias úteis para apresentação das candidaturas.

Câmara Municipal de Évora, 21 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara

Carlos Zorrinho



Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real

Juizo Local Civil de Vila Real - Juiz 2

Referência: 43036332 Expropriação nº 1721/26.378/VRL
Expropriante: *Águas do Interior - Norte, E.L.M., S.A* Data: 19-10-2026
Expropriado: *Desconhecido*

ANÚNCIO

Nos autos acima identificados, correm éditos de 30 dias, contados da data da publicação do anúncio, notificando os expropriados: Desconhecido; domicílio: Desconhecida, com última residência conhecida na morada indicada nos autos, do teor da decisão arbitral em que as parcelas / imóveis constantes dos autos foram adjudicados a favor da expropriante.

Expropriação de: Parcela com a área de 121,00 m² a destacar do prédio rústico desconhecido, sito na freguesia de Andrés, concelho de Vila Real, parcela FTP-03 identificada no mapa.

São ainda notificados os expropriados ausentes de que têm o prazo de 20 dias, decorrido que seja o dos éditos, para, querendo, recorrer da decisão proferida, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial e documentos anexos que se encontram nesta Secretaria, à sua disposição.

A Juiz de Direito,
Dr(a) *Mónica Alexandra Soares Pereira*

O Oficial de Justiça,
Maria Lucia Ribeiro Brás de Oliveira

PUBLICIDADE DA SENTENÇA

A Mma Juiz de Direito Dr(a) Ana Sá, do Juízo da Propriedade Intelectual - Juiz 1 - Tribunal da Propriedade Intelectual:

Faz saber, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 211.º-A do CDADC, que na Ação de Processo Comum n.º 395/21.2YHLBS, em que é Ré Behaviour - Formação e Consultoria, Lda, NIF: 507464770, com sede na Avenida Visconde de Valmor, n.º 66 - 4o Andar, 1050-242 Lisboa, foi a mesma condenada por sentença proferida nos presentes autos e transitada em julgado em 03/12/2025:

1. A cessar a utilização, com efeitos imediatos, dos Manuais dos cursos ISO 27001LEAD IMPLEMENTER e ISO 27001 LEAD AUDITOR da titularidade da Autora PROFESSIONAL EVALUATION AND CERTIFICATION BOARD INC. e a não utilizar nas suas formações, incluindo nos cursos identificados no artigo 52.º da presente Petição Inicial, quaisquer reproduções, totais ou parciais, das obras da Autora, nomeadamente as obras identificadas nas alíneas d) e e) do artigo 85.º da Petição Inicial.
2. A pagar à Autora uma indemnização de € 44.000,00 (quarenta e quatro mil euros), por lucros cessantes, pela utilização indevida dos Manuais da Autora;
3. A pagar à Autora uma indemnização de € 55.555,00 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros) a título de reembolso com as despesas de proteção do direito de autor;
4. A pagar uma sanção compulsória de € 400,00 (quatrocentos euros), por cada dia de atraso da Ré no cumprimento da condenação à cessação da atividade ilícita;
5. A pagar à Autora PROFESSIONAL EVALUATION AND CERTIFICATION BOARD INC, a título de indemnização por litigância de má fé, a quantia de € 4.000,00 (quatro mil euros).

(Documento elaborado pela Oficial de Justiça
Silvéria de Fátima Simões)

A Juiz de Direito,
(assinado eletronicamente)
Dr(a) Ana Sá



Diário de Notícias

ContactCenter



emprego

PARA ANUNCIAR

800 241 241

CHAMADA GRATUITA

ANUNCIAR É FÁCIL



AVISO

Procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia

Faz-se público que, na sequência do meu despacho, datado de 09 de março de 2026 e da deliberação da Assembleia Municipal datada de 26 de junho de 2026, e em conformidade com o estabelecido nos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, determinei a abertura do procedimento concursal abaixo indicado, para recrutamento e seleção do respetivo dirigente, em comissão de serviço por três anos.

- Um lugar no Cargo de Direção Intermédia de 1º. Grau (Diretor do Departamento Sociocultural)

A publicação do procedimento concursal na BEP-Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, com indicação dos requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção, efetuar-se-á no dia da publicação do presente aviso, na qual consta a data de início e o prazo de dez dias úteis para apresentação das candidaturas.

Câmara Municipal de Évora, 21 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara

Carlos Zorrinho



INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL

DESDE 1902

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa para:

- 11 vaga de técnico superior (m/f), referência CT-DaII/15-202 ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço: <https://www.ihmt.unl.pt/category/bolsas-e-concursos/>

O prazo limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação no site do IHMT.

Surpreenda quem mais gosta com a primeira página do DN de um dia especial

Encomende em loja.dn.pt ou loja@dn.pt

RECRUTAMENTO URGENTE

2 EDUCADORAS DE INFÂNCIA

Habilitação profissional para a docência em Educação Pré-Escolar (grupo de recrutamento 100), conferida por mestrado habilitante ou por habilitação profissional legalmente reconhecida ao abrigo de regimes anteriores.

REQUISITO OBRIGATÓRIO: Habilitação profissional para a docência em Educação Pré-Escolar (grupo de recrutamento 100), conferida por mestrado habilitante ou por habilitação profissional legalmente reconhecida ao abrigo de regimes anteriores.

As candidaturas deverão ser acompanhadas de currículo atualizado e comprovativo da habilitação profissional, enviados para cspsm@sapo.pt.

Informações: 295 643 049 | 925 367 438

Diário de Notícias

CLASSIFICADOS



PARA ANUNCIAR

800 241 241

Chamada gratuita



FCiências.D

ASSOCIAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIAS

ANÚNCIO

FCiências.ID

Recrutamento de um Investigador Doutorado (Investigador de Nível Inicial)

A FCiências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências, através do seu presidente do Conselho de Administração, faz saber que, nos termos Decreto n.º 57/2016, de 29 de agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 57/2017, de 19/07, se encontra aberto o concurso com a referência #5414 até à data de 10/11/2026, procedimento concursal internacional para contratação de um Investigador doutorado (Investigador de Nível Inicial) na área de Biologia ou áreas afins; o(a) candidato(a) terá de ter conhecimentos em Ecoacústica, experiência comprovada em Ecologia Aquática, bem como experiência científica ou profissional na avaliação do impacto do ruído na biodiversidade aquática, demonstrada pela qualidade e número de artigos científicos publicados em revistas científicas com arbitragem por pares; através de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto, em regime de exclusividade, com duração previsível até 31/12/2027, não podendo exceder os limites previstos no RCD, no âmbito do projeto AquaPLAN: Aquatic Pollution from Light and Anthropogenic Noise: management of impacts on biodiversity (Ref. HORIZON-WIDERA-2023-ACCESS-06-HORIZON-CL6-2023-BIODIV-01-101135471), financiado pela União Europeia no âmbito do Horizonte Europa – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação, através do Grant Agreement N. 101135471.

O aviso integral do procedimento concursal será disponibilizado no sítio eletrónico da FCiências.ID, em <https://fciencias-id.pt/node/115>, e na plataforma EURAXESS através de <https://www.euraxess.pt/jobs/474846>.

FINANCIADO POR:





A líder da Iniciativa Liberal,
Mariana Leitão.

MANUEL FERNANDO ARAÚJO / LUSA

Iniciativa Liberal pede 40 audições na CPI a Luís Neves

PARLAMENTO Liberais pretendem ouvir Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa e bastonário dos advogados, além de consultar vários documentos.

TEXTO **RICARDO SIMÕES FERREIRA**

A Iniciativa Liberal (IL) deu entrada no Parlamento a um requerimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à gestão de Luís Neves enquanto diretor Nacional da Polícia Judiciária, solicitando o depoimento de cerca de 40 personalidades e um vasto conjunto de documentação financeira e patrimonial.

Segundo nota enviada este domingo às redações, entre as figuras visadas pelo pedido dos liberais surgem nomes já sinalizados por outras bancadas parlamentares, como o próprio Luís Neves, a ministra da Justiça, Rita Júdice, o antigo primeiro-ministro António Costa e o empreiteiro da Construção Barceiros.

Contudo, a lista da IL alarga-se a outros intervenientes de relevo institucional e político: requerem-

-se as audições do ex-Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do bastonário da Ordem dos Advogados, João Massano, e de Ricardo Carrilho, ex-secretário-Geral do Ministério da Administração Interna (MAI), demitido recentemente por Luís Neves.

No plano probatório e documental, a bancada liberal exige um escrutínio aprofundado sobre o património e encargos do ex-líder da Judiciária.

O partido requereu o acesso aos extratos bancários pessoais de Luís Neves durante o período em que exerceu as funções de diretor Nacional da PJ, às escrituras dos montes alentejanos adquiridos pelo próprio entre 2024 e 2025, bem como ao histórico de movimentos do cartão de crédito corporativo utilizado na instituição policial.

A IL pretende igualmente obter os registos do identificador Via Verde associado ao veículo apreendido a Ruben Oliveira (conhecido pela alcunha “Xuxas”) no decurso da *Operação Exotic Fruit*.

A iniciativa da IL junta-se às estratégias processuais já delineadas por outras bancadas para os trabalhos do Inquérito Parlamentar. O Chega, partido que impulsionou a constituição da CPI, apresentou uma proposta que visa ouvir, pelo menos, 50 pessoas – compreendendo 40 personalidades identificadas e 10 a indicar.

Já o PCP optou por uma abordagem mais contida: no seu requerimento inicial limitou-se a mencionar quatro audições-chave: o próprio Luís Neves, o atual diretor Nacional da PJ, Carlos Cabreiro, a antiga diretora-adjunta Luísa Proença e o diretor Nacional-Adjunto Álvaro Pires.

BREVES

Apoios a empresas de transporte de doentes

O Governo vai incluir as empresas de transporte não-urgente de doentes no âmbito do *Decreto-Lei n.º 199/2026*, que estabelece um pacote de apoios financeiros extraordinários e temporários para mitigar o aumento dos custos com combustíveis e AdBlue. Em comunicado, três dias após as empresas privadas de transporte de doentes não-urgentes terem ameaçado parar se não forem incluídas nos apoios do Governo, por causa do aumento dos combustíveis, assim como terem equacionado uma marcha lenta em Lisboa, o Ministério da Saúde disse, em comunicado, reconhecer a importância destas empresas “para assegurar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde”.

Polícia Marítima resgata 43 migrantes na Grécia

A Polícia Marítima portuguesa resgatou, este domingo, 43 migrantes que se encontravam retidos na Praia de Tripiti, situada na ilha grega de Gavdos. A deteção ocorreu durante uma ação de patrulha marítima. Após o socorro no local, os agentes transportaram os 43 homens em segurança até ao Porto de Karave, onde foram entregues às autoridades locais competentes. O contingente nacional integra a missão internacional “*Joint Operation Greece 2026*”, coordenada pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex). A operação apoia a Guarda Costeira helénica na vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia e no salvamento de vidas no mar.

Algarve pode receber prólogo do Dakar de 2027

O Rali Dakar de todo-o-terreno não vai realizar-se na Arábia Saudita em 2027, havendo o plano de regressar em 2028. Fonte próxima revelou à Lusa que Portugal e Marrocos estão na corrida pela prova. A organização explicou que esta mudança se deve aos “recentes desenvolvimentos na região”, na sequência dos conflitos entre os houthis do Iémen e a Arábia Saudita. “O Dakar 2027 irá realizar-se. A edição de 2027 decorrerá num território diferente e será organizada pela ASO. O local será anunciado separadamente nos próximos dias. A ASO está em contacto direto com os concorrentes, as equipas e os parceiros para os apoiar nesta transição”, pôde ler-se em comunicado.



Conselho de Administração Luís Figueiredo de Barbedo Trindade (Presidente), Kevin King Lun Ho, Vítor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira
Direção Filipe Alves (Diretor Geral Editorial), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras)
Data Protection Officer Ricardo Ferro **Diretora Jurídica** Rita Cabral **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: **Sede:** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa **Redação:** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa Tel.: 213876679 **Recursos Humanos** Ricardo Ferro **Controller** António Ribeiro da Cunha **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador) **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 45,02%, César Manuel Cardoso Matos do Paço – 20,0%, KNU Global Holdings Limited – 17,55%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 12,20%, Grandes Notícias, Lda. – 5,23% **Impressão** Naveprinter (EN, 14 (km 705) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt

